

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	96
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	69.290
Preferenciais	0
Total	69.290
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	629.753	462.113
1.01	Ativo Circulante	323.524	136.234
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	225.175	75.514
1.01.01.01	Caixa restrito	14.298	5.655
1.01.01.02	Caixa e equivalentes de caixa	210.877	69.859
1.01.03	Contas a Receber	81.120	40.481
1.01.03.01	Clientes	53.830	34.367
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	27.290	6.114
1.01.03.02.01	Impostos a recuperar	2.457	1.419
1.01.03.02.02	Adiantamento a fornecedores	19.482	1.816
1.01.03.02.03	Dividendos a receber de controladas	4.562	2.538
1.01.03.02.04	Outras contas a receber	789	341
1.01.04	Estoques	288	275
1.01.07	Despesas Antecipadas	16.941	19.964
1.02	Ativo Não Circulante	306.229	325.879
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	91.814	118.613
1.02.01.03	Contas a Receber	3.167	1.876
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.167	1.876
1.02.01.06	Tributos Diferidos	68.533	90.166
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	68.533	90.166
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	57	62
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	20.057	26.509
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	20.057	26.509
1.02.02	Investimentos	65.357	64.482
1.02.02.01	Participações Societárias	65.357	64.482
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	65.357	64.482
1.02.03	Imobilizado	18.177	12.123
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	18.177	12.123
1.02.04	Intangível	130.881	130.661
1.02.04.01	Intangíveis	130.881	130.661
1.02.04.01.02	Ágio na aquisição de investimentos	128.717	128.717
1.02.04.01.03	Outros intangíveis	2.164	1.944

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	629.753	462.113
2.01	Passivo Circulante	201.590	171.698
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.290	6.267
2.01.02	Fornecedores	18.519	14.776
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	16.975	12.401
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	1.544	2.375
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.195	8.971
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	37.774	19.026
2.01.04.02	Debêntures	37.774	19.026
2.01.05	Outras Obrigações	125.227	115.686
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	14.507	13.491
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	14.507	13.491
2.01.05.02	Outros	110.720	102.195
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	9.175
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações	0	2.549
2.01.05.02.04	Adiantamentos de clientes	101.579	86.329
2.01.05.02.05	Patrocínios - Lei de incentivo à cultura	8.260	3.385
2.01.05.02.06	Outras obrigações	881	757
2.01.06	Provisões	6.585	6.972
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.585	6.972
2.01.06.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.585	6.972
2.02	Passivo Não Circulante	114.225	159.180
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	93.750	131.250
2.02.01.02	Debêntures	93.750	131.250
2.02.02	Outras Obrigações	0	1.313
2.02.02.02	Outros	0	1.313
2.02.02.02.03	Adiantamentos de clientes	0	1.313
2.02.03	Tributos Diferidos	848	1.039
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	848	1.039
2.02.04	Provisões	19.627	25.578
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	19.627	25.578
2.02.04.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.456	15.774
2.02.04.01.06	Impostos e contribuições a recolher	6.171	9.804
2.03	Patrimônio Líquido	313.938	131.235
2.03.01	Capital Social Realizado	228.620	36.462
2.03.02	Reservas de Capital	4.174	0
2.03.02.04	Opções Outorgadas	4.174	0
2.03.04	Reservas de Lucros	77.732	91.861
2.03.04.01	Reserva Legal	7.292	7.292
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	1.647	1.726
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	68.793	55.319
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	27.524
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.412	2.912

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	68.077	227.506	32.438	203.059
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-35.817	-140.027	-16.011	-133.841
3.03	Resultado Bruto	32.260	87.479	16.427	69.218
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.933	-37.525	-20.010	-31.157
3.04.01	Despesas com Vendas	-492	-1.308	-187	-623
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-15.094	-44.239	-12.162	-35.471
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-13.800	-38.216	-11.472	-33.400
3.04.02.02	Remuneração dos administradores	-1.294	-6.023	-690	-2.071
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.948	3.778	1.683	3.412
3.04.04.01	Outras receitas operacionais, líquidas	1.948	3.778	1.683	3.412
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.705	4.244	-9.344	1.525
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.705	4.244	-9.344	1.525
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	21.327	49.954	-3.583	38.061
3.06	Resultado Financeiro	1.971	2.855	-4.013	-12.254
3.06.01	Receitas Financeiras	6.989	18.646	1.076	4.492
3.06.01.01	Receitas Financeiras	6.989	18.646	1.076	4.492
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.018	-15.791	-5.089	-16.746
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-5.559	-16.032	-4.949	-12.492
3.06.02.02	Varição cambial e monetária, líquidas	541	241	-140	-4.254
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	23.298	52.809	-7.596	25.807
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.999	-26.339	-923	-11.638
3.08.02	Diferido	-5.999	-26.339	-923	-11.638
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	17.299	26.470	-8.519	14.169
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	17.299	26.470	-8.519	14.169
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,24970	0,38200	-0,14820	0,24660
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercicio 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercicio Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.99.02.01	ON	0,24350	0,40150	-0,14820	0,24660

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	17.299	26.470	-8.519	14.169
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.866	500	-774	-1.825
4.03	Resultado Abrangente do Período	20.165	26.970	-9.293	12.344

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	36.038	48.990
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	64.959	39.873
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	26.470	14.169
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	-4.244	-1.525
6.01.01.04	Depreciação e amortização	1.894	1.948
6.01.01.05	Custo residual de ativo imobilizado baixado	401	146
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.339	11.638
6.01.01.07	Encargos financeiros e variação cambial	14.977	15.674
6.01.01.08	Pagamentos baseados em ações	1.625	0
6.01.01.09	Reversão de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-2.535	-2.399
6.01.01.10	Constituição (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	32	222
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-28.921	9.117
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-19.495	14.625
6.01.02.02	Estoques	-13	-43
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-1.038	3.179
6.01.02.04	Adiantamento a fornecedores	-17.666	15.829
6.01.02.05	Outras contas a receber	-448	-507
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-1.291	-329
6.01.02.07	Despesas antecipadas	3.028	-9.923
6.01.02.08	Fornecedores	3.673	-2.364
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	-6.409	612
6.01.02.10	Salários, provisões e encargos sociais	1.023	1.935
6.01.02.11	Adiantamentos de clientes	13.937	-9.682
6.01.02.12	Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	-577	-1.144
6.01.02.13	Outras obrigações e contas a pagar	-3.645	-3.071
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-6.655	7.306
6.02.01	Dividendos recebidos de controladas	1.844	9.365
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-8.499	-2.059
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	111.635	-50.498
6.03.01	Aumento de capital - emissão de novas ações	188.587	0
6.03.02	Gastos na emissão de ações	-14.400	0
6.03.03	Partes relacionadas	7.468	-22.770
6.03.04	Pagamento de dividendos	-36.699	-15.225
6.03.05	Emissão de debêntures	0	150.000
6.03.06	Pagamento de debêntures - principal	-18.750	0
6.03.07	Pagamento de debêntures - juros	-14.571	-8.168
6.03.08	Pagamento de empréstimos e financiamentos e "swap" - principal	0	-145.429
6.03.09	Pagamento de empréstimos e financiamentos e "swap" - juros	0	-8.906
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	141.018	5.798
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	69.859	17.595
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	210.877	23.393

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	36.462	9.018	82.843	0	2.912	131.235
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	36.462	9.018	82.843	0	2.912	131.235
5.04	Transações de Capital com os Sócios	192.158	4.174	-40.599	0	0	155.733
5.04.01	Aumentos de Capital	201.662	0	-13.075	0	0	188.587
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-9.504	0	0	0	0	-9.504
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.174	0	0	0	4.174
5.04.06	Dividendos	0	0	-27.524	0	0	-27.524
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	26.470	500	26.970
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	26.470	0	26.470
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	500	500
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	500	500
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-79	26.549	-26.470	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	26.470	-26.470	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-79	79	0	0	0
5.07	Saldos Finais	228.620	13.113	68.793	0	3.412	313.938

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	31.462	7.528	80.104	0	200	119.294
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.462	7.528	80.104	0	200	119.294
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.000	0	-25.000	0	0	-20.000
5.04.01	Aumentos de Capital	5.000	0	-5.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-20.000	0	0	-20.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.169	1.825	15.994
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.169	0	14.169
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.825	1.825
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	1.825	1.825
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-187	14.356	-14.169	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	14.169	-14.169	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-187	187	0	0	0
5.07	Saldos Finais	36.462	7.341	69.460	0	2.025	115.288

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	259.249	232.554
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	259.816	233.772
7.01.02	Outras Receitas	-599	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	32	-1.218
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-147.873	-134.605
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-134.644	-126.213
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-13.124	-8.341
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-105	-51
7.03	Valor Adicionado Bruto	111.376	97.949
7.04	Retenções	-1.894	-1.949
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.894	-1.949
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	109.482	96.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	30.356	15.495
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.244	1.525
7.06.02	Receitas Financeiras	25.166	13.689
7.06.03	Outros	946	281
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	139.838	111.495
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	139.838	111.495
7.08.01	Pessoal	26.560	24.027
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.738	21.010
7.08.01.02	Benefícios	3.818	1.997
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.004	1.020
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	63.192	46.225
7.08.02.01	Federais	54.877	37.163
7.08.02.03	Municipais	8.315	9.062
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	23.616	27.074
7.08.03.01	Juros	22.122	25.799
7.08.03.02	Aluguéis	1.494	1.275
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	26.470	14.169
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	26.470	14.169

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	717.739	521.803
1.01	Ativo Circulante	462.134	251.964
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	287.041	127.529
1.01.01.01	Caixa restrito	14.298	6.595
1.01.01.02	Caixa e equivalentes de caixa	272.743	120.934
1.01.03	Contas a Receber	130.132	88.484
1.01.03.01	Clientes	84.884	66.097
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	45.248	22.387
1.01.03.02.01	Impostos a recuperar	13.968	14.458
1.01.03.02.02	Adiantamento a fornecedores	29.000	4.892
1.01.03.02.04	Outras contas a receber	2.280	3.037
1.01.04	Estoques	2.414	1.258
1.01.07	Despesas Antecipadas	42.547	34.693
1.02	Ativo Não Circulante	255.605	269.839
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	84.607	109.152
1.02.01.03	Contas a Receber	4.486	2.846
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.486	2.846
1.02.01.06	Tributos Diferidos	72.729	92.603
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	72.729	92.603
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	890	639
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	6.502	13.064
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	6.502	13.064
1.02.03	Imobilizado	33.281	23.452
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	33.281	23.452
1.02.04	Intangível	137.717	137.235
1.02.04.01	Intangíveis	137.717	137.235
1.02.04.01.02	Ágio na aquisição de investimentos	135.406	135.074
1.02.04.01.03	Outros intangíveis	2.311	2.161

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	717.739	521.803
2.01	Passivo Circulante	278.535	219.461
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.011	9.291
2.01.02	Fornecedores	55.444	36.475
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	48.864	33.888
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	6.580	2.587
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.767	17.423
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	37.774	19.026
2.01.04.02	Debêntures	37.774	19.026
2.01.05	Outras Obrigações	155.697	129.752
2.01.05.02	Outros	155.697	129.752
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	442	9.616
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações	0	2.549
2.01.05.02.04	Adiantamentos de clientes	146.016	113.290
2.01.05.02.05	Patrocínios - Lei de incentivo à cultura	8.260	3.466
2.01.05.02.06	Outras obrigações	979	831
2.01.06	Provisões	6.842	7.494
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.842	7.494
2.01.06.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.842	7.494
2.02	Passivo Não Circulante	122.283	169.024
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	93.750	131.250
2.02.01.02	Debêntures	93.750	131.250
2.02.02	Outras Obrigações	0	1.313
2.02.02.02	Outros	0	1.313
2.02.02.02.03	Adiantamentos de clientes	0	1.313
2.02.03	Tributos Diferidos	1.217	1.429
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.217	1.429
2.02.04	Provisões	27.316	35.032
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	27.316	35.032
2.02.04.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	18.608	21.915
2.02.04.01.06	Impostos e contribuições a recolher	8.708	13.117
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	316.921	133.318
2.03.01	Capital Social Realizado	228.620	36.462
2.03.02	Reservas de Capital	4.174	0
2.03.04	Reservas de Lucros	77.732	91.861
2.03.04.01	Reserva Legal	7.292	7.292
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	1.647	1.726
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	68.793	55.319
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	27.524
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.412	2.912
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.983	2.083

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	111.514	377.895	94.107	390.190
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-71.660	-262.763	-75.165	-289.418
3.03	Resultado Bruto	39.854	115.132	18.942	100.772
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-20.136	-61.985	-18.075	-53.659
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.260	-3.805	-1.227	-2.705
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-22.138	-65.822	-19.069	-57.196
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-20.758	-59.331	-18.261	-54.394
3.04.02.02	Remuneração dos administradores	-1.380	-6.491	-808	-2.802
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.262	7.642	2.221	6.242
3.04.04.01	Outras receitas operacionais, líquidas	3.262	7.642	2.221	6.242
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	19.718	53.147	867	47.113
3.06	Resultado Financeiro	3.570	3.374	-7.246	-15.561
3.06.01	Receitas Financeiras	7.619	20.623	1.596	5.970
3.06.01.01	Receitas financeiras	7.619	20.623	1.596	5.970
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.049	-17.249	-8.842	-21.531
3.06.02.01	Despesas financeiras	-6.442	-18.598	-5.931	-15.433
3.06.02.02	Variação cambial e monetária, líquidas	2.393	1.349	-2.911	-6.098
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	23.288	56.521	-6.379	31.552
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.681	-29.151	-1.896	-16.068
3.08.01	Corrente	-1.108	-4.364	-1.418	-4.740
3.08.02	Diferido	-4.573	-24.787	-478	-11.328
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	17.607	27.370	-8.275	15.484
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	17.607	27.370	-8.275	15.484
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	17.299	26.470	-8.519	14.169
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	308	900	244	1.315
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,24970	0,38200	-0,14820	0,24660

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,24350	0,40150	-0,14820	0,24660

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	17.607	27.370	-8.275	15.484
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.866	500	-774	-1.825
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	20.473	27.870	-9.049	13.659
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	308	900	244	1.315
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	20.165	26.970	-9.293	12.344

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	54.098	39.755
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	68.019	48.507
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	27.371	15.484
6.01.01.04	Depreciação e amortização	3.806	3.918
6.01.01.05	Custo residual de ativo imobilizado baixado	414	1.220
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.787	11.328
6.01.01.07	Encargos financeiros e variação cambial	15.284	18.308
6.01.01.08	Pagamentos baseados em ações	1.625	0
6.01.01.09	Reversão de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-4.308	-2.256
6.01.01.10	Constituição (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	-960	505
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-13.921	-8.752
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-16.548	284
6.01.02.02	Estoques	-1.147	486
6.01.02.03	Impostos a recuperar	1.109	2.690
6.01.02.04	Adiantamento a fornecedores	-23.959	14.003
6.01.02.05	Outras contas a receber	896	-6.881
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-1.636	-439
6.01.02.07	Despesas antecipadas	-7.201	-20.811
6.01.02.08	Fornecedores	16.713	24.138
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	-10.583	-3.278
6.01.02.10	Salários, provisões e encargos sociais	1.635	2.523
6.01.02.11	Adiantamentos de clientes	30.271	-17.470
6.01.02.12	Outras obrigações e contas a pagar	-2.876	-2.686
6.01.02.13	Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	-595	-1.311
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-12.851	-4.449
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-12.851	-4.449
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	110.729	-29.713
6.03.01	Aumento de capital - emissão de novas ações	188.587	0
6.03.02	Gastos na emissão de ações	-14.400	0
6.03.03	Partes relacionadas	6.562	-1.509
6.03.04	Pagamentos de dividendos	-36.699	-14.523
6.03.05	Emissão de debêntures	0	150.000
6.03.06	Pagamento de principal de debêntures	-18.750	0
6.03.07	Pagamento de juros de debêntures	-14.571	-8.168
6.03.08	Pagamento de empréstimos e financiamentos e "swap" - principal	0	-146.882
6.03.09	Pagamento de empréstimos e financiamentos e "swap" - juros	0	-8.631
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-167	2.521
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	151.809	8.114
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	120.934	55.165
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	272.743	63.279

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	36.462	9.018	82.843	0	2.912	131.235	2.083	133.318
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	36.462	9.018	82.843	0	2.912	131.235	2.083	133.318
5.04	Transações de Capital com os Sócios	192.158	4.174	-40.599	0	0	155.733	0	155.733
5.04.01	Aumentos de Capital	201.662	0	-13.075	0	0	188.587	0	188.587
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-9.504	0	0	0	0	-9.504	0	-9.504
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.174	0	0	0	4.174	0	4.174
5.04.06	Dividendos	0	0	-27.524	0	0	-27.524	0	-27.524
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	26.470	500	26.970	900	27.870
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	26.470	0	26.470	900	27.370
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	500	500	0	500
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	500	500	0	500
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-79	26.549	-26.470	0	0	0	0
5.06.01	Substituição de Reservas	0	0	26.470	-26.470	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-79	79	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	228.620	13.113	68.793	0	3.412	313.938	2.983	316.921

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	31.462	7.528	80.104	0	200	119.294	1.774	121.068
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.462	7.528	80.104	0	200	119.294	1.774	121.068
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.000	0	-25.000	0	0	-20.000	-1.109	-21.109
5.04.01	Aumentos de Capital	5.000	0	-5.000	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-20.000	0	0	-20.000	-1.109	-21.109
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.169	1.825	15.994	1.360	17.354
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.169	0	14.169	1.360	15.529
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.825	1.825	0	1.825
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	1.825	1.825	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-187	14.356	-14.169	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	14.169	-14.169	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-187	187	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	36.462	7.341	69.460	0	2.025	115.288	2.025	117.313

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	423.476	429.300
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	423.477	431.198
7.01.02	Outras Receitas	-153	84
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	152	-1.982
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-258.476	-273.530
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-237.299	-259.350
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-21.124	-15.798
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-95	-156
7.02.04	Outros	42	1.774
7.03	Valor Adicionado Bruto	165.000	155.770
7.04	Retenções	-3.807	-3.886
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.807	-3.886
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	161.193	151.884
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	32.242	18.759
7.06.02	Receitas Financeiras	29.849	17.269
7.06.03	Outros	2.393	1.490
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	193.435	170.643
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	193.435	170.643
7.08.01	Pessoal	43.499	41.252
7.08.01.01	Remuneração Direta	37.179	37.000
7.08.01.02	Benefícios	4.951	2.901
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.369	1.351
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	85.146	70.531
7.08.02.01	Federais	66.992	55.746
7.08.02.02	Estaduais	9.017	4.064
7.08.02.03	Municipais	9.137	10.721
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	37.420	43.376
7.08.03.01	Juros	26.448	32.638
7.08.03.02	Aluguéis	2.262	2.039
7.08.03.03	Outras	8.710	8.699
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	27.370	15.484
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	26.470	14.169
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	900	1.315

Comentário do Desempenho

Desempenho Financeiro e Operacional no 3T11

O destaque do 3T11 foi um expressivo aumento das margens de rentabilidade em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior (3T10) e também ao trimestre imediatamente anterior (2T11), bem como a forte geração de caixa operacional (R\$50 milhões).

Como já esperado, a receita líquida recuou em relação ao trimestre anterior (2T11), em linha com a nossa curva histórica de comportamento trimestral, cuja explicação foi salientada na divulgação dos resultados 1T11. Tradicionalmente, a receita de nossa companhia no terceiro trimestre é menor que no segundo trimestre porque o nível de atividade decresce nos meses de julho e agosto, particularmente em música ao vivo, quando os artistas internacionais tem os seus shows concentrados no verão do hemisfério norte (junho-setembro) e muitos brasileiros saem em férias de inverno (julho).

No acumulado dos nove primeiros meses de 2011 (9M11), apesar de uma variação de -3% na receita líquida consolidada em comparação com 9M10, a companhia entregou um forte ganho de margens e, como consequência, um importante crescimento das principais linhas de resultado (lucro bruto, EBITDA e lucro líquido), aliado a uma forte geração de caixa operacional e uma sólida e privilegiada posição de balanço patrimonial.

No contexto operacional, realizamos 355 eventos no 3T11, com mais de 520 mil ingressos vendidos. Nos 9M11, realizamos 855 eventos de música ao vivo, entretenimento familiar e teatro, com mais de 1,9 milhão de ingressos vendidos. Este número parcial de ingressos vendidos nos mantém no caminho de repetir, no ano de 2011, a posição de 3º maior promotor de entretenimento ao vivo no mundo.

Promoção de eventos

Música ao vivo

No 3T11 promovemos 83 espetáculos de música ao vivo com 289 mil ingressos vendidos, números que foram 24% e 85% maiores, respectivamente, do que no 3T10. Como resultado, a receita líquida de música ao vivo no 3T11 foi 107% maior do que no 3T10. Os destaques foram os shows em estádios e arenas ao ar livre de *Judas Priest* e *Whitesnake* no Brasil e na Argentina, e de *Red Hot Chili Peppers* no Chile, e as turnês internacionais *indoor* de *Avril Lavigne*, *Erasure*, *Ricky Martin*, *Katherine Jenkins*, somando 30 apresentações internacionais. Também contribuíram para o resultado os vários shows de artistas nacionais renomados como Exaltasamba, Milton Nascimento, Roupas Nova, RPM, Victor & Léo, entre outros.

No acumulado 9M11, a receita líquida cresceu 27% sobre o 9M10, devido a um aumento de 16% no número de ingressos vendidos, bem como um aumento do preço médio dos ingressos em 15%.

Eventos família, teatro e exposições culturais

A receita líquida com eventos de entretenimento familiar, teatro e exposições culturais no 3T11 recuou 56% na comparação com o 3T10, movida pelo número de apresentações do *Cirque du Soleil*. Enquanto que no 3T10 promovemos 83 apresentações do espetáculo *Quidam* do *Cirque du Soleil* nas cidades de Santiago (Chile) e Lima (Peru), somando mais de 200 mil ingressos vendidos, no 3T11

Comentário do Desempenho

iniciamos a nova turnê sul-americana do *Cirque du Soleil* com o espetáculo *Varekai* no final do trimestre (16 de setembro), tendo realizado ainda apenas as primeiras 18 apresentações em São Paulo.

Adicionalmente, no 3T11 promovemos a turnê do Circo da China - *Sky Mirage*, que passou por 7 cidades brasileiras em um total de 61 apresentações, além do prosseguimento do consagrado musical original da Broadway *Mamma Mia!* em São Paulo e do final da temporada de *Sounds of Music* (A Noviça Rebelde) em Buenos Aires depois de vários meses em cartaz. Em agosto, iniciamos o musical *Bruxas de Eastwick*, sendo a primeira vez que promovemos dois musicais da Broadway simultaneamente na cidade de São Paulo. No 3T11 também tivemos a realização da exposição cultural *Titanic* em Brasília.

Com o efeito positivo acumulado do *Cirque du Soleil* no 9M10, a receita líquida no 9M11 apresentou um recuo de 61% na comparação entre os períodos.

Eventos esportivos

A receita líquida de eventos esportivos, composta pelas vendas de ingressos, camarotes e *hospitality centers* de competições de automobilismo, cresceu 63% no 3T11 versus 3T10, devido à realização de 4 etapas da Copa Caixa Stock Car, incluindo a maior prova do ano, a “Corrida do Milhão” em São Paulo, contra 3 etapas no 3T10.

Nos 9M11 a receita líquida cresceu 4% sobre 9M10, mas, em ambos os períodos não ultrapassaram 3% da receita líquida total da companhia.

Operação de bilheteria, alimentos e bebidas (A&B) e de casas de espetáculos

As receitas desta categoria cresceram 53% no 3T11 versus o 3T10, principalmente na operação de bilheteria. A arrecadação de taxas de serviço pela venda de ingressos através de nossos canais de conveniência foi beneficiada pela forte venda antecipada de ingressos para o *Cirque du Soleil* para as praças de São Paulo e Rio de Janeiro como também para os mais disputados shows de música internacionais programados para o 4T11.

Nossa operação de A&B também apresentou um resultado muito positivo no 3T11, com destaques como a receita per capita no show de *Judas Priest & Whitesnake* em São Paulo. Com esta contribuição do 3T11, as receitas do 9M11 superaram em 23% o mesmo período do ano anterior.

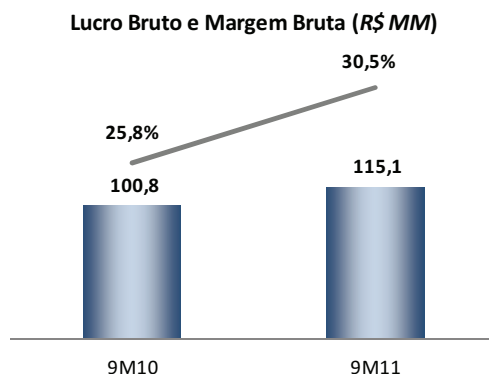
Patrocínios

A receita líquida de patrocínios no 3T11 foi 84% maior que no 3T10, e 11% maior nos 9M11 versus 9M10. Entre os fatores de impacto neste aumento da receita, citamos a realização de um número maior de apresentações de música ao vivo tanto nacional como internacional, e a forte venda antecipada de ingressos do *Cirque du Soleil* a qual permite o reconhecimento de importante parte da receita relacionada a entrega de benefícios aos patrocinadores.

Comentário do Desempenho

Lucro Bruto

O lucro bruto do 3T11 foi de R\$ 39,9 milhões, 110% maior do que o registrado no 3T10. Além disso, a margem bruta foi sensivelmente superior em 15,6 pontos percentuais, passando de 20,1% no 3T10 para 35,7% no 3T11. Na comparação com os 9M10, o lucro bruto acumulado em 9M11 foi 14% maior, com uma margem bruta superior em 4,7 pontos percentuais.



Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

No 3T11, as despesas com vendas, gerais e administrativas e outras receitas (despesas) operacionais apresentaram crescimento nominal de 11,4% em relação ao 3T10, porém recuaram como percentual da receita líquida, de 19,2% para 18,1%. No acumulado 9M11 as despesas cresceram 15,5% em termos nominais, já em linha com a faixa de variação orçada para o ano.

EBITDA

O EBITDA registrado no 3T11 foi de R\$21,1 milhões, contra somente R\$1,9 milhão no 3T10, e o destaque foi a margem que alcançou 18,9%, contribuindo para a elevação da margem do período 9M11 para 15,7% (ajustada por despesas IPO de R\$2,3 milhões registradas no 2T11). Assim, o EBITDA ajustado dos 9M11 alcançou R\$59,2 milhões, com crescimento de 16% sobre o 9M10, sendo que a sua maior contribuição trimestral está orçada para o 4T11.

	3T11	3T10	Var. 3T11/3T10	2T11	Var. 3T11/2T11	9M11	9M10	Var. 9M11/9M10
<i>(em milhares de R\$, exceto se de outra forma indicado)</i>								
Reconciliação do EBITDA								
Lucro Líquido	17.607	(8.275)	n.a.	8.876	98%	27.370	15.484	77%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	5.681	1.896	200%	21.970	-74%	29.151	16.068	81%
(-) Resultado Financeiro Líquido	(3.570)	7.245	n.a.	(2.990)	19%	(3.374)	15.561	n.a.
(-) Depreciações e Amortizações	1.358	1.052	29%	1.257	8%	3.806	3.919	-3%
= EBITDA	21.076	1.918	999%	29.114	-28%	56.953	51.031	12%
Margem EBITDA	18,9%	2,0%	16,9 p.p.	15,8%	3,1 p.p.	15,1%	13,1%	2,0 p.p.
Despesas de IPO não recorrentes	-	-	n.a.	2.282	n.a.	2.282	-	n.a.
= EBITDA Ajustado ⁽³⁾	21.076	1.918	999%	31.395	-33%	59.235	51.031	16%
Margem EBITDA Ajustada	18,9%	2,0%	16,9 p.p.	17,0%	1,9 p.p.	15,7%	13,1%	2,6 p.p.

(3) Excluindo despesas não recorrentes relacionadas à abertura de capital.

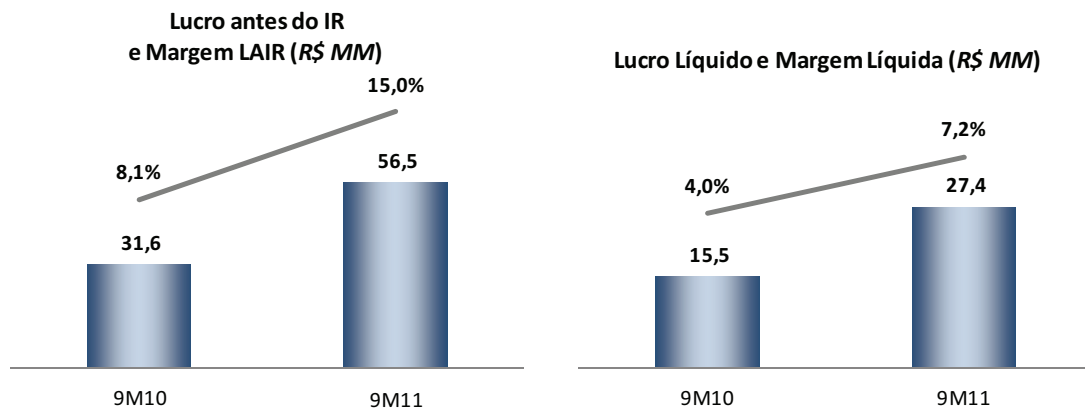
Comentário do Desempenho

Lucro antes do IRPJ e CSLL

O crescimento de 12% no EBITDA do 9M11, complementado pelo resultado financeiro líquido de R\$3,4 milhões acumulado no mesmo período (versus negativo de R\$15,6 milhões no 9M10), traduziu-se em forte crescimento de 79% no LAIR (versus 9M10), com margem de 15% da receita líquida.

Lucro Líquido

No 3T11 geramos um lucro líquido de R\$18 milhões, revertendo um prejuízo de R\$8 milhões no 3T10. Em relação aos 9M10, o lucro líquido aumentou 77%, passando de R\$15,5 milhões para R\$27,4 milhões, levando a margem líquida para 7,2%.



Capital de Giro

A Companhia continuou tendo sua necessidade de capital de giro coberta com folga pelas fontes de capital de giro típicas de sua atividade operacional, principalmente as vendas antecipadas de ingressos. Considerando ativos operacionais no valor de R\$175 milhões e passivos operacionais de R\$232 milhões, o capital de giro ficou negativo em R\$57 milhões (104% acima do 2T11).

Comentário do Desempenho

Fluxo de Caixa

(em milhões de R\$)	9M11	9M10
FLUXO DE CAIXA		
Lucro líquido do período	27,4	15,5
Depreciação e amortização	3,8	3,9
Ajustes para reconciliar o LL com o caixa operacional (Aumento) / Redução nos ativos e passivos operacionais	36,8 (13,9)	29,1 (8,8)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	54,1	39,8
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(12,9)	(4,4)
Aumento de Capital	188,6	-
Pagamento de dividendos	(36,7)	(14,5)
Pagamento de debêntures - principal	(18,8)	-
Outros	(22,4)	(15,2)
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades de financiamento	110,7	(29,7)
Variação cambial sobre caixa	(0,2)	2,5
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA	151,8	8,1

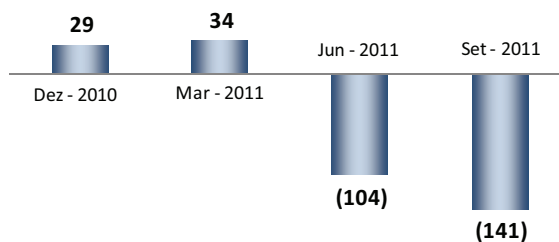
A geração de caixa operacional foi de R\$54,1 milhões nos 9M11, um aumento de 36% frente ao mesmo período de 2010. Assim, a conversão do EBITDA ajustado em geração de caixa operacional foi de 91%.

Mesmo com a amortização parcial de R\$19 milhões do montante principal das debêntures, e investimentos em equipamentos utilizados em shows de música, a geração livre de caixa para os acionistas foi de R\$18 milhões.

Endividamento

O saldo de caixa líquido cresceu em R\$37 milhões durante o 3T11, passando de R\$104 milhões (no final do 2T11) para R\$141 milhões, graças a expressiva geração de caixa operacional de R\$50 milhões no trimestre menos os investimentos em equipamentos para shows (R\$8 milhões) e pagamentos de juros das debêntures (R\$5 milhões).

Endividamento Líquido (R\$ MM)



Comentário do Desempenho

Pipeline de Eventos

Historicamente, o quarto trimestre do ano é o mais importante em termos de contribuição para o resultado anual da companhia, e neste ano não será diferente. Em 2009 e 2010, o quarto trimestre representou 49% e 46%, respectivamente, do EBITDA do ano.

O quarto trimestre terá a realização de um grande número de eventos fortes geradores de receita, com grande número de ingressos já vendidos, e alguns eventos do ano 2012 já abriram vendas.

Cirque du Soleil – Varekai

A turnê *Varekai* do *Cirque du Soleil* em São Paulo, que vai até o final de novembro, foi um sucesso absoluto, tendo superado a marca de 226 mil ingressos com praticamente 100% de ocupação de assentos, o que nos possibilitou a abertura de algumas sessões extras para atender a demanda do público.

Pre vemos o mesmo esgotamento de ingressos para a temporada de cinco semanas no Rio de Janeiro, considerando-se que, há mais de um mês da estréia do espetáculo, mais de dois terços da capacidade já foi vendida. Recentemente abrimos as vendas do *Varekai* para as cidades de Belo Horizonte e Brasília, e em novembro, abriremos também para as apresentações em Recife e Salvador.

Shows de Música em Estádios

No 4T11 realizaremos 14 shows em grandes estádios ou arenas ao ar livre, dentre eles: 7 do *Pearl Jam*, 3 de *Britney Spears*, 2 do *Aerosmith* e 2 do *Guns n' Roses*, todos com grande sucesso de vendas, somando, até o momento, mais de 400 mil ingressos vendidos.

No 1T12 realizaremos no Brasil a aclamada turnê *The Wall* de *Roger Waters*, co-fundador da banda *Pink Floyd*. As vendas se iniciaram no final de outubro, e em uma semana já vendemos mais de 80 mil ingressos para a turnê. A turnê *The Wall* foi a de maior faturamento em arenas fechadas em todos os Estados Unidos em 2010.

Shows de Música *indoor*

Em outubro realizamos a turnê sul-americana *indoor* de grande sucesso do *Tears for Fears*, e em novembro iniciaremos a turnê do ex-*Beatle Ringo Starr*, passando por 6 capitais brasileiras, além de Buenos Aires e Santiago.

Registramos até o momento mais de 200 mil ingressos vendidos para os shows de música *indoor* a serem realizados no 4T11.

Estão confirmados mais de 120 shows de música ao vivo *outdoor* e *indoor* no 4T11, entre artistas nacionais e internacionais.

Comentário do Desempenho

Eventos Família e Teatro

Realizaremos mais de 130 espetáculos de eventos família no 4T11, entre as apresentações do Cirque du Soleil no Brasil e Circo da China - *Sky Mirage* na Argentina e Chile.

No 4T11 encerraremos as apresentações dos musicais *Mamma Mia!* e *Bruxas de Eastwick* em São Paulo. Para o próximo ano já confirmamos o musical a Família Adams em São Paulo e *Mamma Mia!* em Buenos Aires.

Eventos Esportivos

No último trimestre do ano também concluiremos mais um campeonato da Copa Caixa de Stock Car (3 etapas), além dos campeonatos das categorias: Copa Chevrolet Montana (3 etapas), Mini Challenge (2 etapas) e da Copa Petrobras de Marcas (3 etapas).

Destaques Financeiros e Operacionais

(em milhares de R\$, exceto se de outra forma indicado)	3T11	3T10	Var. 3T11/3T10	2T11	Var. 3T11/2T11	9M11	9M10	Var. 9M11/9M10
Indicadores Financeiros								
Receita Líquida	111.514	94.107	18%	184.311	-39%	377.895	390.190	-3%
Promoção de Eventos	50.401	57.519	-12%	120.530	-58%	224.445	257.823	-13%
Música ao Vivo	25.848	12.466	107%	96.958	-73%	168.647	132.274	27%
Eventos Família, Teatro e Exposições Culturais	18.291	41.201	-56%	19.754	-7%	45.003	115.138	-61%
Eventos Esportivos	6.262	3.853	63%	3.818	64%	10.795	10.411	4%
Operação de Bilheteria, A&B e Casas de Espetáculos	30.892	20.144	53%	24.228	28%	66.734	54.468	23%
Patrocínio	30.221	16.444	84%	39.553	-24%	86.716	77.899	11%
Promoção de Eventos	24.516	11.338	116%	34.658	-29%	71.525	64.139	12%
Operação de Bilheteria, A&B e Casas de Espetáculos	5.705	5.106	12%	4.895	17%	15.191	13.759	10%
Lucro Bruto	39.854	18.942	110%	51.642	-23%	115.132	100.772	14%
Margem Bruta (%)	35,7%	20,1%	15,6 p.p.	28,0%	7,7 p.p.	30,5%	25,8%	4,7 p.p.
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	21.076	1.918	999%	31.395	-33%	59.235	51.031	16%
Margem EBITDA Ajustada (%)	18,9%	2,0%	16,9 p.p.	17,0%	1,9 p.p.	15,7%	13,1%	2,6 p.p.
EBITDA	21.076	1.918	999%	29.114	-28%	56.953	51.031	12%
Margem EBITDA (%)	18,9%	2,0%	16,9 p.p.	15,8%	3,1 p.p.	15,1%	13,1%	2,0 p.p.
Lucro Líquido	17.607	(8.275)	n.a.	8.876	98%	27.370	15.484	77%
Margem Líquida (%)	15,8%	-8,8%	n.a.	4,8%	11,0 p.p.	7,2%	4,0%	3,2 p.p.

(1) Excluindo despesas não recorrentes relacionadas à abertura de capital.

	3T11	3T10	Var. 3T11/3T10	2T11	Var. 3T11/2T11	9M11	9M10	Var. 9M11/9M10
Indicadores Operacionais ⁽²⁾								
Música ao Vivo								
Número de Eventos	83	67	24%	118	-30%	271	229	18%
Total de Ingressos Vendidos (000)	289	156	85%	736	-61%	1.360	1.168	16%
Preço Médio por Ingresso (R\$)	93	98	-5%	146	-37%	133	115	15%
Eventos Família e Teatro								
Número de Eventos	272	285	-5%	216	26%	584	654	-11%
Total de Ingressos Vendidos (000)	236	341	-31%	287	-18%	580	871	-33%
Preço Médio por Ingresso (R\$)	92	102	-9%	66	40%	81	143	-43%

(2) Não inclui Exposições Culturais e Eventos Esportivos

Notas Explicativas

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES E AO TRIMESTRE FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A T4F Entretenimento S.A. (“Companhia”), com sede na Rua Fidêncio Ramos, 213, conjuntos 42, 52, 61 e 62, na cidade de São Paulo – SP é uma sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA sob o código “SHOW3”, que, em conjunto com suas controladas (“Grupo T4F”), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero, como também a administração e a operação de casas de espetáculos, tais como teatros, ginásios e estádios.

A Companhia administra quatro casas de espetáculos no Brasil: Credicard Hall, Citibank Hall e Teatro Abril, em São Paulo, e Citibank Hall, no Rio de Janeiro, e uma casa de espetáculos na Argentina: o Teatro Opera Citi. Além de no Brasil, as operações incluem eventos na Argentina e no Chile, através de suas controladas, e no Peru. Para os eventos esportivos, a Companhia é responsável pela promoção e divulgação das corridas automobilísticas das categorias Copa Caixa Stock Car, Copa Chevrolet Montana, Copa Mini Challenge e a Copa Petrobrás de Marcas. Juntas, elas compõem o principal evento automobilístico nacional.

A controladora imediata do Grupo T4F é a F.A. Comércio e Participações (“F.A. Part.”), com participação de 28,14%.

Em 13 de abril de 2011, a Companhia realizou sua oferta inicial de ações (“IPO”), resultando no aporte do seu capital social em R\$187.586, integralizando 11.724.138 ações ordinárias de sua emissão. Os custos com a oferta dessas ações foram registrados em conta específica redutora do patrimônio líquido, no montante de R\$9.504, líquido dos efeitos tributários no montante de R\$4.896, de acordo com as atuais práticas contábeis local e internacional.

2. BASE DE ELABORAÇÃO

Declaração de conformidade e base de preparação

As informações contábeis intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011 compreendem:

- As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e apresentadas de forma condizente com

Notas Explicativas

as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

- As informações contábeis intermediárias individuais da Companhia elaboradas de acordo com o CPC 21 e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações financeiras separadas da controladora e pelo seu valor justo ou custo de aquisição.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações contábeis intermediárias consolidadas preparadas de acordo com o CPC 21 e a IAS 34, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas informações contábeis intermediárias individuais preparadas de acordo com o CPC 21, a Companhia optou por apresentar essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto de informações, lado a lado.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão definidas a seguir na nota explicativa nº3.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente nos trimestres e período de nove meses apresentados e nas informações contábeis intermediárias da controladora e consolidadas:

a) Princípios gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os riscos e benefícios inerentes referentes aos produtos vendidos são transferidos ao comprador ou quando os serviços são efetivamente prestados. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo o imposto calculado sobre as vendas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, possuem vencimentos inferiores há 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com

Notas Explicativas

liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 90 dias, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas informações contábeis intermediárias.

d) Estoques

Registrados pelo custo de aquisição, ajustados ao valor de realização e das eventuais perdas, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

e) Despesas antecipadas

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos, shows e espetáculos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

f) Demais ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

g) Investimentos

Nas informações contábeis intermediárias individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

h) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens. Para as benfeitorias em propriedades de terceiros, estas são depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois o menor. Adicionalmente, tendo em vista que a Companhia efetuou reavaliação do ativo imobilizado em 2006, o custo atribuído (“deemed cost”) do ativo imobilizado não difere dos valores contábeis registrados nas informações contábeis intermediárias.

i) Reserva de reavaliação

Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação

Notas Explicativas

emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros (prejuízos) acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no passivo não circulante, conforme nota explicativa nº 27. Conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, a Companhia e sua controlada Metropolitan Empreendimentos S.A. decidiram pela manutenção dos saldos das reavaliações de ativos existentes em 31 de dezembro de 2007.

j) Aquisições de controladas - ágio

Nas informações contábeis intermediárias consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Aquisições efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRS

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa controlada adquirida é contabilizada como ágio, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido. Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para refletir o valor recuperável desses ativos.

Em atendimento às Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99, no momento em que a Companhia incorporou o seu acionista direto, a ADTSPE Empreendimentos e Participações S.A. ("ADTSPE"), em junho de 2007, o saldo do ágio que estava originalmente registrado na ADTSPE foi baixado por meio de provisão na própria ADTSPE. Ainda de acordo com as regras fiscais vigentes, a dedutibilidade para fins fiscais dessa provisão passou a ocorrer somente após a incorporação da empresa e de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais. Assim, foi registrado ativo referente ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, decorrente do processo de incorporação.

A partir de 1º de janeiro de 2008, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização, conforme regulamentação da Deliberação CVM nº 527/07, que aprovou o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2008, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição, em concordância com a IFRS 1.

k) Outros intangíveis (excluindo ágios)

Referem-se, principalmente, aos direitos de uso de software e marcas e patentes. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que

Notas Explicativas

consideram o tempo de vida útil estimada dos bens. Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa contra o resultado.

l) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu que as unidades geradoras de caixa correspondem a cada segmento de negócio no qual o ágio foi alocado e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e posteriormente aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo na unidade. Uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Essa prática aplica-se tão somente aos ativos com vida útil definida.

Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

Nas datas de encerramento dos balanços, a Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração, principalmente o imobilizado, o intangível e as despesas antecipadas, a ser mantido e utilizado nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido valor recuperável.

O valor recuperável é o valor justo menos os custos de alienação ou o valor em uso, dos dois o maior. Na avaliação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto antes dos impostos, que reflete uma atual avaliação do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos para o ativo para o qual a estimativa de fluxo de caixa futuro não foi ajustada.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida

Notas Explicativas

imediatamente no resultado.

Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda do valor recuperável para o ativo em exercícios anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

n) Debêntures

Registradas pelo valor principal, acrescido dos respectivos encargos, que são apropriados em despesas financeiras com juros e variações monetárias. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido de acordo com o CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

o) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

p) Provisão

Reconhecida apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

q) Adiantamentos de clientes

Referem-se ao valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, “merchandising” e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

r) Reconhecimento de receita

Receita de serviços

As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via Internet ou pelo telefone, são registradas quando da efetiva prestação do serviço de conveniência ou entrega dos ingressos.

As receitas provenientes de contratos de “naming rights” referem-se à nomeação das casas de espetáculos e são reconhecidas no resultado à medida que os serviços são prestados com base

Notas Explicativas

na vigência dos contratos.

As receitas provenientes de contratos de patrocínio são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador em todas as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receitas de produtos

As vendas de alimentos, bebidas e “merchandising” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

s) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, e pela controlada T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda., que apura o imposto de renda e a contribuição social pelo regime de apuração de lucro presumido, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela

Notas Explicativas

mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

t) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

u) Moeda funcional e de apresentação das informações contábeis intermediárias

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; e (iii) Estados Unidos: dólar norte-americano. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As informações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em reais.

Os resultados das operações e a posição financeira de todas as controladas incluídas nas informações contábeis intermediárias (nenhuma das quais situada em economias hiperinflacionárias) que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

- i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços.
- ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio.
- iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica “Variação cambial na conversão de operações no exterior”.

v) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento operacional é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

w) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos quando uma empresa do Grupo se torna parte do contrato que rege o instrumento.

Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (além de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou

Notas Explicativas

deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados nas seguintes categorias: (1) mantidos até o vencimento; (2) disponíveis para venda; e (3) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos foram adquiridos ou contratados.

(1) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

(2) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotados em mercados ativos ou não cotados em mercados ativos, mas que possam ter os seus valores justos estimados razoavelmente.

(3) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de encerramento dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, no caso da Companhia, compreendem caixa e equivalentes de caixa, (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 8) e partes relacionadas (nota explicativa nº 12).

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. As debêntures e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes”, até o momento da respectiva liquidação, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço

Notas Explicativas

patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e por suas controladas resumem-se em “swaps”, que visam exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras, sendo mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Embora a Companhia e suas controladas façam uso de derivativos, com o objetivo de proteção (“hedge”), elas não adotam a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“hedge accounting”).

O valor justo de mercado dos instrumentos financeiros derivativos está divulgado na nota explicativa nº 28.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, incluem as debêntures e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

x) Pagamentos baseados em ações

Os contratos de outorga dos pagamentos baseados em ações celebrados entre a Companhia e seus executivos determinam que os ganhos decorrentes da valorização desses instrumentos seriam liquidados em caixa, devidamente avaliados ao seu valor justo, e, portanto estavam registrados como reservas de capital no patrimônio líquido com contrapartida em conta do passivo, denominada passivo financeiro. Entretanto, referidos contratos determinam também que no advento do processo de oferta pública de distribuição de ações, a Companhia deixa de ter a obrigação de liquidar tais ganhos em caixa, tendo em vista que os executivos contemplados podem exercer suas opções “vested” mediante a emissão das ações a eles atribuídas.

Dessa forma, tendo em vista a obtenção do registro de Companhia aberta e consequente processo de oferta pública de distribuição de ações ocorrida em 13 de abril de 2011, como

Notas Explicativas

demonstrado na nota explicativa nº1, tais opções, anteriormente classificadas como passivo financeiro, foram convertidas em instrumento de patrimônio, tendo sido devidamente avaliado ao seu valor justo naquela data.

O valor justo desses instrumentos foi calculado com base no modelo “Black & Scholes” na data em que foram convertidos em instrumento de patrimônio, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga, ocorrida em 28 de setembro de 2007.

A despesa relativa ao valor justo da contraprestação dos serviços prestados pelos executivos contemplados é reconhecida no resultado em que mais opções se tornam “vested”, ou seja, no período de competência da contraprestação dos serviços (vide nota explicativa nº 31).

Conforme descrito nas notas explicativas nº 21 e 31, o Conselho de Administração aprovou em 12 de julho de 2011, a emissão de 100.170 ações, todas subscritas e integralizadas, tendo em vista o exercício naquela data, de opções “vested” do Plano de Opção de Compra de Ações, por alguns dos executivos contemplados. A liquidação das ações ocorreu em agosto de 2011 no montante de R\$1.001 (vide mutação do patrimônio líquido).

y) Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Quando são recebidos incentivos para a contratação de um arrendamento operacional, tais incentivos são reconhecidos como passivo e, posteriormente, reconhecidos como redução da despesa de aluguel pelo método linear, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

z) Apresentação do lucro por ação

Conforme a IAS 33 e o CPC 41 - Lucro por Ação, o lucro por ação deve ser apresentado como básico e diluído, conforme descrito na nota explicativa nº 34.

aa) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e por suas controladas e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às informações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

Notas Explicativas

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, abrangendo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte dessa demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

bb) Novas normas, alterações e interpretações de normas

- (i) As interpretações e alterações das normas existentes a seguir aplicáveis às operações da Companhia, foram editadas e estavam em vigor em 30 de setembro de 2011; entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as suas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Melhorias nas IFRS - 2010	<ul style="list-style-type: none"> Alteração de diversos pronunciamentos contábeis 	<ul style="list-style-type: none"> Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 1 – Adoção inicial das IFRS 	<ul style="list-style-type: none"> Esclarecimentos diversos sobre a adoção inicial das IFRS como, por exemplo, isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7, eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRS 	<ul style="list-style-type: none"> Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010
<ul style="list-style-type: none"> IAS 24 – Divulgação sobre Partes relacionadas 	<ul style="list-style-type: none"> As alterações já são adotadas pelo CPC. Esclarece melhor o conceito de partes relacionadas, inclusive com exemplos sobre casos específicos. 	<ul style="list-style-type: none"> Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
<ul style="list-style-type: none"> IFRIC 14 – Limite de ativo de benefício definido 	<ul style="list-style-type: none"> Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento 	<ul style="list-style-type: none"> Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011

Notas Explicativas

- IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação
- Classificação dos direitos de emissão
- Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de fevereiro de 2010
- IFRIC 19 – Extinção de Passivos financeiros através de instrumentos patrimoniais
- Esclarece a mensuração desses instrumentos financeiros através do método de fair value.
- Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010

(ii) As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de abril de 2011 ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros
- Introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. Esclarece outras questões referentes ao IAS 39.
- Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
- IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação
- Aumento nas exigências de divulgações das transações envolvendo ativos financeiros, visando transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas ainda existe algum risco de exposição retido na Companhia. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando não forem igualmente distribuídos no período.
- Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
- IAS 12 – Tributos sobre o lucro
- Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40
- Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012

Notas Explicativas

- | | | |
|--|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • IAS 28 - Investimentos em Coligadas | <ul style="list-style-type: none"> • Revisão do IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelos IFRSs 10, 11 e 12. Esclarece os conceitos de “Influência Significativa”, exemplos para aplicação do método de equivalência patrimonial e como realizar testes por impairment para coligadas e coligadas em conjunto. | <ul style="list-style-type: none"> • Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013 |
| <ul style="list-style-type: none"> • IAS 27 – Demonstrações Separadas | <ul style="list-style-type: none"> • Requerimentos do IAS 27 relacionados às demonstrações financeiras consolidadas são substituídos pelo IFRS 10. Requerimentos para demonstrações financeiras separadas são mantidos. | <ul style="list-style-type: none"> • Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013 |
| <ul style="list-style-type: none"> • IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas | <ul style="list-style-type: none"> • Substituiu o IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12. O IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação baseado em controle, independentemente da natureza do investimento. | <ul style="list-style-type: none"> • Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013 |
| <ul style="list-style-type: none"> • IFRS 11 - Contratos Compartilhados | <ul style="list-style-type: none"> • Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de “ativos com controle compartilhado”, mantendo apenas “operações com controle compartilhado” e “entidades com controle compartilhado”. | <ul style="list-style-type: none"> • Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013 |

Notas Explicativas

- | | | |
|--|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • IFRS 12 -
Divulgações de Participações em Outras Entidades | <ul style="list-style-type: none"> • Expande os requerimentos de divulgação das entidades que são ou não consolidadas na quais as entidades possuem influência. | <ul style="list-style-type: none"> • Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013 |
| <ul style="list-style-type: none"> • IFRS 13 -
Mensurações ao Valor Justo | <ul style="list-style-type: none"> • Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo, orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. | <ul style="list-style-type: none"> • Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013 |
| <ul style="list-style-type: none"> • IAS 19 -
Benefícios aos Empregados | <ul style="list-style-type: none"> • Eliminação do enfoque do corredor (“corridor approach”), sendo os ganhos ou perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e ao resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações. | <ul style="list-style-type: none"> • Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013 |
| <ul style="list-style-type: none"> • IAS 1 -
Apresentação das Demonstrações Financeiras | <ul style="list-style-type: none"> • Introduce o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas. | <ul style="list-style-type: none"> • Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013 |

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso

Notas Explicativas

de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotou as seguintes premissas que podem afetar as informações contábeis intermediárias:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - “Liability Method”, equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro) de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas dos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros no Brasil causou, em certos períodos, mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, gerando variações significativas no valor de mercado dos “swaps” e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido nas informações contábeis intermediárias consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações nas datas de encerramento dos balanços consolidados.

c) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Até a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, nenhuma evidência foi identificada.

Notas Explicativas

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil. Até a data de encerramento do exercício, nenhum ativo apresentou valor recuperável superior ao seu valor residual.

A Companhia avalia anualmente a recuperação do ágio de um investimento e usa práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados, para comparar o valor contábil com o valor recuperável dos ativos.

A recuperação do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperação do ágio está afetada, então o teste é antecipado.

Os testes realizados não identificaram a necessidade de reconhecimento de novas perdas por recuperação de ágio.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 20. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas informações contábeis intermediárias.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber é estimada com base no histórico de perdas e considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis.

f) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça o julgamento com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato.

5. CONSOLIDAÇÃO SOCIETÁRIA

Na elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas, foram utilizadas demonstrações de todas as investidas encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas. Nas controladas foram destacadas as participações dos acionistas não controladores.

Na elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado e todas as demais

Notas Explicativas

movimentações de ativos e passivos são convertidas para reais à taxa de câmbio média anual, considerado um valor próximo da taxa cambial vigente na data das correspondentes transações. O balanço patrimonial é convertido para reais às taxas de câmbio da data de encerramento dos balanços.

Os efeitos das variações da taxa de câmbio durante o período, sobre o patrimônio líquido no início do período, são registrados como uma movimentação do patrimônio líquido, da mesma forma que a diferença entre o lucro ou prejuízo acumulado do período é registrada à média das taxas de câmbio e às taxas de câmbio do fim do período. As diferenças cambiais acumuladas resultantes são demonstradas como um componente separado no patrimônio líquido, na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial”. No caso da ocorrência de alienação total ou parcial de uma participação em uma empresa controlada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração do resultado como parte do ganho ou da perda na alienação do investimento, conforme CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis.

A consolidação abrange as informações contábeis intermediárias da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

	Participação - %	
	30/09/11	31/12/10
<u>Controladas diretas</u>		
Área Marketing Brasil Ltda.	99,99	99,99
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00
Ticket Co. SpA	100,00	-
Vicar Promoções Desportivas S.A.	75,00	75,00
<u>Controladas indiretas</u>		
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	100,00	100,00
Pop Art S.A.	100,00	100,00
Ticketmaster Argentina S.A.	100,00	100,00
Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00
Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00
T4F Chile S.A.	100,00	100,00
Ticketmaster Chile S.A.	100,00	100,00
Promaser S.A.	100,00	100,00

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Área Marketing Brasil Ltda. (controlada integral – 99,99%) - tem como objetivo a importação e o comércio de material promocional relacionado com a indústria do entretenimento e marketing e a organização e realização de eventos desportivos, artísticos e culturais.

Notas Explicativas

- Metropolitan Empreendimentos S.A. (controlada integral – 99,99%) - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. (controlada integral - 99,99%) - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos em casas de espetáculos, teatros, cinemas, ginásios e estádios; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias diretamente relacionadas à indústria do entretenimento; a prestação de serviços de informatização de bilheterias, mediante o fornecimento de tecnologia e assistência técnica; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos esportivos, culturais ou de entretenimento em geral.
- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. (controladas integrais - 100%) - localizadas na Argentina, são “holdings” cujo objeto social é o investimento ou aporte de capital em companhias constituídas ou a serem constituídas, na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entretenimientos Argentina S.A.- 95%, Ticketmaster Argentina S.A. - 95%, Ticketek Argentina S.A. - 5%, Clemente Lococo S.A. - 95%, Pop Art S.A. - 100%, T4F Chile S.A. - 99,31%, Ticketmaster Chile S.A. - 99,35% e B.A. Inversiones S.A. - 5%. Por sua vez, a B.A. Inversiones S.A. detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones S.A. - 41,07%, T4F Entretenimientos Argentina S.A. - 5%, Clemente Lococo S.A. - 5%, Ticketek Argentina S.A. - 95% e Ticketmaster Argentina S.A. - 5%.
- T4F USA Inc. (controlada integral - 100%) - constituída em 26 de novembro de 2007 no estado da Flórida - EUA, tem por objeto a intermediação de shows internacionais.
- Vicar Promoções Desportivas S.A. (controlada - 75%) - tem como objetivo principal a prestação de serviços de divulgação, promoção e organização na área de eventos esportivos, sendo atualmente a responsável pela promoção das corridas de “stock car” no Brasil.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Caixa e bancos (a)	16.887	787	36.203	29.479
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento multimercado (b)	-	-	27.760	5.076
Certificado de Depósito Bancário - CDBs/Certificado de Depósito Interbancário - CDI (c)	53.493	10.619	56.961	15.613
Operação compromissada - DI (d)	140.497	58.453	151.819	70.766
Total	<u>210.877</u>	<u>69.859</u>	<u>272.743</u>	<u>120.934</u>

- a) No trimestre findo em 30 de setembro de 2011 a T4F Entretenimento S.A abriu conta corrente em dólares norte-americanos nos Estados Unidos, cujo valor em aberto na database é de R\$15.830. Os demais saldos referem-se a dinheiro em espécie e contas bancárias nacionais.

Notas Explicativas

- b) Aplicações em títulos de renda fixa nas controladas da Argentina e do Chile, com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e rentabilidade vinculada a preço de mercado.
- c) CDBs a prazo fixo, com liquidez imediata, remunerados por taxas de 98,5% a 105% (98% a 101% em 31 de dezembro de 2010) da variação do CDI, mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDBs são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.
- d) Depósitos a prazo fixo com um mercado de liquidez imediata, remunerados por taxas de 99% a 102,2% (99% a 102,2% em 31 de dezembro de 2010) da variação do CDI, mantidos em instituições financeiras no Brasil. Essas operações estão classificadas na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.

7. CAIXA RESTRITO

Refere-se aos recursos para aplicação em projetos culturais explorados pela Companhia, mantidos em nome da controladora ou de suas controladas no Banco do Brasil S.A. e vinculados exclusivamente para uso nos projetos da Lei Rouanet (vide nota explicativa nº 19). O valor total restrito em caixa é de R\$14.298. Deste montante, em 30 de setembro de 2011, estavam R\$4.037 aplicados em CDB/CDI a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxa média de 100% da variação do CDI, mantidos em instituições financeiras no Brasil, e em 31 de dezembro de 2010, os recursos captados no montante de R\$6.595, estavam mantidos somente em conta corrente bancária.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

- a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Clientes faturados (i)	5.578	6.580	20.309	23.302
Bilheteria (ii)	36.068	19.797	49.698	36.488
Patrocínios, suítes e camarotes a faturar (iii)	12.289	8.127	16.024	8.414
Total das contas a receber	53.935	34.504	86.031	68.204
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(105)	(137)	(1.147)	(2.107)
Total	53.830	34.367	84.884	66.097

- (i) Valores faturados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.
- (ii) Contas a receber originadas pela venda de ingressos efetuada por meio de administradoras de cartão de crédito.

Notas Explicativas

(iii) Valores a faturar decorrentes dos serviços prestados relacionados a contratos de patrocínios, suítes, camarotes e “naming rights”.

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
A vencer:	53.744	33.714	71.456	49.082
Vencidas:				
Até 30 dias	86	636	9.924	14.777
De 31 a 60 dias	-	17	1.393	1.289
De 61 a 90 dias	-	-	22	672
De 91 a 180 dias	21	-	1.790	234
Há mais de 180 dias	84	137	1.446	2.150
Total das contas a receber	<u>53.935</u>	<u>34.504</u>	<u>86.031</u>	<u>68.204</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto, a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 90 dias quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente.

c) Provisão para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2010	137	2.107
Adições	1.775	2.061
Reversões e baixas	(1.807)	(3.021)
Saldos em 30 de setembro de 2011	<u>105</u>	<u>1.147</u>

Notas Explicativas

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
IRPJ/CSLL - antecipações	34	34	3.420	5.047
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.268	1.129	2.796	1.547
Programa de Integração Social - PIS	-	-	39	39
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	180	180
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	975	868
Imposto sobre faturamento (i)	-	-	4.863	4.562
Outros	155	256	1.695	2.215
Total	2.457	1.419	13.968	14.458

- (i) Imposto sobre ingressos brutos, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, retido pelas administradoras de cartão de crédito quando do pagamento às controladas na Argentina das vendas de ingressos através desse meio de pagamento. A compensação ocorre à medida que o fato gerador do imposto acontece. Como os ingressos são vendidos com relativa antecedência à data de realização dos espetáculos, o imposto é retido antes que a obrigação do recolhimento exista de fato e, portanto, o direito à compensação está assim registrado.

10. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Eventos, shows e espetáculos contratados (i)	18.894	1.251	27.830	4.054
Outros	588	565	1.170	838
Total	19.482	1.816	29.000	4.892

- (i) Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores para a realização de eventos, shows e espetáculos, cujo reconhecimento no resultado ocorrerá quando da respectiva realização.

11. DESPESAS ANTECIPADAS

Referem-se principalmente a valores desembolsados com antecedência para a realização de eventos, shows e espetáculos (“eventos”), substancialmente representados por cachês aos artistas e aparatos da produção dos shows, sendo apropriados ao resultado à medida que os eventos ocorrem.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Eventos, shows e espetáculos contratados	16.310	19.531	39.213	32.494
Outras	688	495	4.224	2.838
Total	16.998	20.026	43.437	35.332
Circulante	16.941	19.964	42.547	34.693
Não circulante	57	62	890	639

12. PARTES RELACIONADAS

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

12.1. Transações com empresas do Grupo

a) Em 30 de setembro de 2011

Controladora

	Ativo não circulante	Passivo circulante	Despesa financeira	Receita financeira
Área Marketing Brasil Ltda.	77	-	-	-
B.A. Inversiones S.A.	503	-	(44)	66
CIE Internacional S.A. de C.V. (iii)	3.925	-	-	185
F.A. Comércio e Participações S.A.	236	-	-	-
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	969	-	-	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	-	23	-	-
T4F Chile S.A. (iv)	-	14.216	(2.763)	1.371
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (i)	1.795	-	(413)	524
T4F Inversiones S.A. (ii)	12.545	-	(1.222)	1.943
T4F USA Inc.	-	268	(25)	-
Vicar Promoções Desportivas S.A.	7	-	-	-
Total	20.057	14.507	(4.467)	4.089

Notas ExplicativasConsolidado

	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Despesa financeira</u>	<u>Receita financeira</u>
CIE Internacional S.A. de C.V. (iii)	5.438	-	-	231
F.A. Comércio e Participações S.A.	236	-	-	-
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	828	-	-	-
Total	<u>6.502</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>231</u>

b) Em 31 de dezembro de 2010

Controladora

	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>
Área Marketing Brasil Ltda.	452	-
B.A. Inversiones S.A.	484	-
CIE Internacional S.A. de C.V. (iii)	11.360	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	119	-
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	969	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	-	120
T4F Chile S.A. (iv)	-	13.371
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (i)	1.241	-
T4F Inversiones S.A. (ii)	11.783	-
Vicar Promoções Desportivas S.A.	101	-
Total	<u>26.509</u>	<u>13.491</u>

Consolidado

	<u>Ativo não circulante</u>
CIE Internacional S.A. de C.V. (iii)	12.231
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	833
Total	<u>13.064</u>

- (i) Representado principalmente pelo contrato de mútuo assinado em 1º de julho de 2009, entre a Companhia e a controlada T4F Entretenimientos Argentina S.A., em decorrência da deliberação pela Assembleia Geral Extraordinária de que os “aportes irrevocables” de titularidade da controladora, no montante de AR\$5.206 mil, cujo saldo atualizado em 30 de setembro de 2011 corresponde a R\$2.297, não serão integralizados ao capital social da referida controlada. Tais aportes, até então registrados no patrimônio líquido da controlada e na rubrica “Investimentos em

Notas Explicativas

controladas” na controladora, foram reclassificados para as contas de transações entre partes relacionadas. Os montantes serão atualizados anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1% após o segundo ano do contrato, os quais serão pagos à controladora em até cinco anos.

- (ii) Representado principalmente pelo contrato de mútuo assinado em 1º de julho de 2009, entre a Companhia e a controlada T4F Inversiones S.A., em decorrência da deliberação pela Assembleia Geral Extraordinária de que os “aportes irrevocáveis” de titularidade da controladora, no montante de AR\$25.654 mil, cujo saldo atualizado em 30 de setembro de 2011 corresponde a R\$11.321, não serão integralizados ao capital social da referida controlada. Tais aportes, até então registrados no patrimônio líquido da controlada e na rubrica “Investimentos em controladas” na controladora, foram reclassificados para as contas de transações entre partes relacionadas. Os montantes serão atualizados anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1% após o segundo ano do contrato, os quais serão pagos à controladora em até cinco anos.
- (iii) A Companhia e suas controladas mantêm, com seu ex-acionista controlador CIE Internacional S.A. de C.V. e com o atual acionista controlador Fernando Luiz Alterio, contratos em que estes se responsabilizam por contingências de qualquer natureza, relativas a fatos ocorridos entre 1º de dezembro de 2000 e 14 de maio de 2007, conforme descrito na nota explicativa nº 20. Em atendimento a esses contratos, a Companhia possui a receber da CIE Internacional S.A. de C.V., em 30 de setembro de 2011, os montantes de R\$2.587 na controladora e de R\$4.100 no consolidado. Esses saldos são atualizados pela variação do CDI.

A parcela de dividendos distribuídos pela Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 ao ex-acionista controlador CIE Internacional S.A. de C.V., no montante de R\$8.804, foi retida para liquidação parcial desse saldo.

- (iv) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., no montante de US\$8.000. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1% com o prazo de até cinco anos para liquidação.

Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para suprimento de caixa e para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo de vencimento.

12.2. Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

Notas Explicativas

Controladora	01/07/11 à 30/09/11			01/01/11 à 30/09/11			Quantidade de profissionais	
	Remuneração			Remuneração			No início do	No fim do
	Fixa	Variável (*)	Total	Fixa	Variável (*)	Total	período	período
Conselho de Administração	62	-	62	185	-	185	2	2
Diretores estatutários	1.232	-	1.232	3.556	2.282	5.838	4	6
Total	1.294	-	1.294	3.741	2.282	6.023		

Controladora	01/07/10 à 30/09/10			01/01/10 à 30/09/10			Quantidade de profissionais	
	Remuneração			Remuneração			No início do	No fim do
	Fixa	Variável (*)	Total	Fixa	Variável (*)	Total	período	período
Conselho de Administração	63	-	63	218	-	218	3	2
Diretores estatutários	627	-	627	1.853	-	1.853	2	2
Total	690	-	690	2.071	-	2.071		

Consolidado	01/07/11 à 30/09/11			01/01/11 à 30/09/11			Quantidade de profissionais	
	Remuneração			Remuneração			No início do	No fim do
	Fixa	Variável (*)	Total	Fixa	Variável (*)	Total	período	período
Conselho de Administração	62	-	62	185	-	185	2	2
Diretores estatutários	1.318	-	1.318	3.812	2.494	6.306	7	9
	1.380	-	1.380	3.997	2.494	6.491		

Consolidado	01/07/10 à 30/09/10			01/01/10 à 30/09/10			Quantidade de profissionais	
	Remuneração			Remuneração			No início do	No fim do
	Fixa	Variável (*)	Total	Fixa	Variável (*)	Total	período	período
Conselho de Administração	63	-	63	218	-	218	3	2
Diretores estatutários	745	-	745	2.403	181	2.584	10	6
	808	-	808	2.621	181	2.802		

(*) Refere-se aos pagamentos de participação nos resultados registrados no período. Os valores contemplam eventuais complementos e/ou reversões à provisão efetuada no ano anterior, em virtude da apuração final das metas estabelecidas aos diretores estatutários.

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo; e (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Notas Explicativas**13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS****a) Informações das controladas****a.1) 30 de setembro de 2011**

<u>Controladas diretas ou indiretas</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro (prejuízo) líquido do período</u>	<u>Participação - %</u>	<u>Equivalência patrimonial no trimestre</u>	<u>Equivalência patrimonial em 30/09/11</u>	<u>Investimentos em controladas em 30/09/11</u>
Área Marketing Brasil Ltda.	1.196	133	99,99	82	133	1.196
Metropolitan Empreendimentos S.A.	7.348	(1.099)	99,99	(482)	(1.099)	7.348
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	2.584	2.523	99,99	446	2.523	2.584
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	44.383	404	100,00	1.849	404	44.383
T4F USA Inc.	897	(419)	100,00	(116)	(419)	897
Vicar Promoções Desportivas S.A.	11.932	3.603	75,00	926	2.702	8.949
Total				2.705	4.244	65.357

a.2) 31 de dezembro de 2010

<u>Controladas diretas ou indiretas</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</u>	<u>Participação - %</u>	<u>Investimentos em controlada: 31/12/10</u>
Área Marketing Brasil Ltda.	1.290	440	99,99	1.290
Metropolitan Empreendimentos S.A.	8.448	(152)	99,99	8.448
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	3.702	4.856	99,99	3.702
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	43.569	7.059	100,00	43.569
T4F USA Inc.	1.228	418	100,00	1.228
Vicar Promoções Desportivas S.A.	8.327	7.435	75,00	6.245
Total				64.482

a.3) Movimentação da rubrica “Investimentos em controladas”

	<u>Controladora</u>
Saldo do investimento líquido em 31 de dezembro de 2010	64.482
Equivalência patrimonial	4.244
Ajustes acumulados de conversão	500
Dividendos de controladas	(3.869)
Saldo do investimento líquido em 30 de setembro de 2011	65.357

Notas Explicativas

b) Ágio na aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Vicar Promoções Desportivas S.A. (i)	9.244	9.244	9.244	9.244
Metropolitan Empreendimentos S.A. (ii)	36.269	36.269	36.269	36.269
T4F Entretenimento S.A. (iii)	213.625	213.625	213.625	213.625
Provisão para baixa do saldo do ágio, em atendimento às Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99	(213.625)	(213.625)	(213.625)	(213.625)
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. (iv)	83.204	83.204	83.204	83.204
Empresas adquiridas na Argentina:				
Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A. (v)	-	-	6.689	6.357
Total	128.717	128.717	135.406	135.074

- (i) Até o ano 2006, por ocasião de aquisição de participação acionária, a Companhia passou a ser detentora de 55% do capital social da Vicar Promoções Desportivas S.A., gerando para tal um ágio no valor R\$6.168.

Em 3 de dezembro de 2007, o Acordo de Investimento e Outras Avenças foi aditado, resultando na revisão do valor pago anteriormente pela Vicar Promoções Desportivas S.A. à época e, conseqüentemente, ajustou o preço das ações então adquiridas em R\$4.774. Além disso, em atendimento à cláusula contratual contida no acordo original, especificamente com relação à apuração do capital de giro líquido em 31 de dezembro de 2007, comparando-o com aquele definido no acordo, houve ajuste complementar no valor pago de R\$255. Em decorrência desse fato, foi registrado na Companhia o complemento do ágio no montante total de R\$5.029.

Em 10 de junho de 2009, o Acordo foi novamente aditado, resultando em nova revisão do valor pago pela Vicar Promoções Desportivas S.A. à época e, conseqüentemente, ajustou o preço das ações então adquiridas em R\$4.152; a diferença de preço de R\$621 foi paga à Companhia em 7 de julho de 2009, quando também foi pago o valor de R\$255, referente à apuração do capital de giro líquido em 31 de dezembro de 2007. Nessa mesma data, a Companhia adquiriu de terceiros uma participação adicional de 20% do capital social da controlada (60 ações), gerando um ágio total de R\$6.421. De acordo com a IFRS 3 – Combinações de empresas (revisada em 2008) está determinado que, uma vez que o controle tenha sido obtido, aquisições subsequentes ou vendas de participação no patrimônio líquido da controlada, que não resultem em uma perda de controle, são contabilizadas como uma transação de capital. Portanto, um acréscimo ao ágio não deve ser reconhecido, tampouco algum ganho ou perda sobre algum decréscimo de participação; portanto, a Companhia registrou o excesso pago para a obtenção da participação minoritária como uma redução do patrimônio líquido.

- (ii) Em maio de 2007, em conexão com o processo de reorganização societária, a ADTSPE, incorporada pela Companhia em 30 de junho de 2007, adquiriu 85% do capital social da Metropolitan Empreendimentos S.A., que gerou um ágio ajustado de R\$40.298, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem.

Notas Explicativas

- (iii) Como parte da reestruturação societária ocorrida em maio de 2007, a Companhia incorporou em 30 de junho de 2007 sua controladora direta ADTSPE, com o objetivo de alinhar os interesses societários dos acionistas diretos e indiretos, reduzir custos administrativos e maximizar a eficiência do fluxo de informações e de gestão com a participação dos acionistas.

Entretanto, a ADTSPE, quando da aquisição da participação societária na Companhia, apurou ágio no montante de R\$237.361, suportado por rentabilidade futura. Em decorrência do processo de incorporação e em atendimento às Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99, o saldo do ágio que estava registrado na ADTSPE, no montante de R\$237.361, teve seu valor líquido reduzido à zero por meio de provisão na própria ADTSPE, antes do processo de incorporação. Após a amortização do ágio e reversão do imposto diferido ocorrido até 31 de dezembro de 2007, os saldos do ágio e da provisão para baixa do ágio é de R\$213.625. Como esse ágio, após o processo de incorporação, para fins fiscais será amortizado de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais, foram registrados na própria ADTSPE o correspondente imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, no montante de R\$80.705, que foram transferidos para a Companhia por ocasião da incorporação. Referido crédito fiscal, líquido das parcelas realizadas, está registrado na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”, no ativo não circulante, de acordo com a expectativa de realização.

Esse ajuste foi registrado para atendimento restrito às Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99, uma vez que resultou de incorporação reversa (a Companhia incorporou sua controladora direta), embora permaneçam válidos os fundamentos econômicos que deram origem ao ágio. Por esse motivo, o saldo desse ágio, mesmo com seu valor reduzido à zero por meio de provisão efetuada na própria ADTSPE, não produzirá efeito nas informações contábeis intermediárias dos acionistas controladores.

- (iv) A operação de integralização de capital mediante conferência de participações societárias nas empresas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A., realizadas em 2007, gerou um ágio no valor de R\$96.853, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem. Esse ágio foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2007. Em contrato celebrado em 2 de agosto de 2007, a Companhia alienou 1.200 ações da empresa B.A. Inversiones S.A., representativas de 5% do capital social, à T4F Inversiones S.A. pelo valor de R\$1.873, equivalente a US\$1.000. Com a operação, a Companhia realizou proporcionalmente o ágio e o investimento na controlada nos montantes de R\$2.092 e R\$143, respectivamente, e apurou perda de capital de R\$362, registrada no resultado sob a rubrica “Outras receitas operacionais, líquidas”. Em 31 de dezembro de 2008 e 31 de julho de 2009, a Companhia registrou uma recuperação parcial desse ágio, no valor de R\$1.542, equivalente a US\$660, e de R\$506, equivalente a US\$270, respectivamente, pela indenização por parte do acionista anterior, CIE Internacional S.A. de C.V., de certos passivos registrados pelas controladas Pop Art S.A. e Ticketek Argentina S.A., quando da aquisição destas pela Companhia.
- (v) As controladas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A. adquiriram a totalidade das ações das empresas Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A.. No caso da Pop Art S.A., em 14 de maio de 2007, a empresa adquiriu os 49% das ações, gerando um ágio de R\$6.435, que, somado ao ágio gerado na aquisição inicial de R\$3.683, resulta em R\$10.118. Em relação à Ticketek Argentina S.A., as controladas adquiriram essa empresa em 16 de maio de 2006, gerando um ágio total de R\$641. Tais

Notas Explicativas

ágios foram amortizados até 31 de dezembro de 2007, passando a ser testados pelos seus valores recuperáveis a partir de então.

Em 31 de dezembro de 2010, os ágios foram submetidos ao teste de “impairment”; o valor recuperável das unidades geradoras de caixa do Grupo T4F foi apurado com base no valor em uso, utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras aprovadas pela Administração para o quinquênio e uma taxa de desconto após impostos de 12% ao ano. Os fluxos de caixa, para além do quinquênio, foram extrapolados utilizando uma taxa de crescimento anual fixa de 3%, a qual não excede o crescimento do produto interno bruto e/ou de mercado, esperado no Brasil. A Administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis foram baseados não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o valor recuperável.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso das unidades geradoras de caixa do Grupo T4F foram as seguintes:

Incremento na receita líquida

A Administração projeta o crescimento da receita líquida com foco na expansão geográfica e incremento de shows nas praças onde já atua de forma verticalizada (São Paulo e Rio de Janeiro). O foco da expansão geográfica está nas principais capitais do Brasil, com potencial de público ainda pouco explorado. Adicionalmente, será incrementada a quantidade de shows nas praças em que já atua, associada à crescente demanda identificada no período imediatamente anterior ao período em que foram efetuadas as projeções.

Margem bruta projetada

Margem bruta projetada reflete o incremento de atividade, associada a esperadas melhorias de eficiência.

Inflação dos preços dos ingressos

Foram consideradas, para elaboração dos preços dos ingressos, as previsões para os índices de preços ao consumidor para o período das projeções dos países em que a Companhia atua.

Notas Explicativas**14. IMOBILIZADO E OUTROS INTANGÍVEIS****a) Composição do imobilizado**

	Taxa média anual de depreciação - %	Controladora		Consolidado	
		30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Custo reavaliado:					
Terrenos	-	-	-	471	448
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	13	77.890	77.164	101.717	98.874
Móveis e utensílios	6	4.671	4.353	8.472	7.737
Máquinas e equipamentos	7	10.652	10.344	15.457	14.880
Equipamentos de processamento de dados	17	5.571	5.362	9.237	8.640
Veículos	20	357	357	3.528	527
Adiantamento de imobilizado	-	5.837	-	5.844	-
Total		104.978	97.580	144.726	131.106

	Taxa média anual de depreciação - %	Controladora		Consolidado	
		30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Depreciação acumulada:					
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	13	(76.311)	(76.135)	(92.696)	(90.975)
Móveis e utensílios	6	(2.122)	(1.899)	(4.617)	(4.079)
Máquinas e equipamentos	7	(4.657)	(4.364)	(7.093)	(6.610)
Equipamentos de processamento de dados	17	(3.430)	(2.827)	(6.490)	(5.593)
Veículos	20	(281)	(232)	(549)	(397)
Total		(86.801)	(85.457)	(111.445)	(107.654)

Imobilizado líquido:					
Terrenos		-	-	471	448
Obras civis, instalações, benfeitorias em propriedades de terceiros		1.579	1.029	9.021	7.899
Móveis e utensílios		2.549	2.454	3.855	3.658
Máquinas e equipamentos		5.995	5.980	8.364	8.270
Equipamentos de processamento de dados		2.141	2.535	2.747	3.047
Veículos		76	125	2.979	130
Adiantamento de imobilizado		5.837	-	5.844	-
Total		18.177	12.123	33.281	23.452

Em 1º de janeiro de 2006, foi contabilizada pela Companhia a reavaliação no montante de R\$31.265, e os ativos reavaliados (obras civis em propriedades de terceiros, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento eletrônico de dados) passaram a ser depreciados linearmente de acordo com sua nova vida útil, exceção feita a obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, que são depreciados de acordo com os prazos contratuais de locação dos imóveis.

Notas Explicativas

b) Composição de outros intangíveis

A rubrica “Outros intangíveis” representa substancialmente as licenças de uso de software, conforme segue:

	Taxa média anual de amortização - %	Controladora		Consolidado	
		30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Custo	-	4.848	4.243	10.571	9.660
Amortização	20	(2.684)	(2.299)	(8.260)	(7.499)
Total		2.164	1.944	2.311	2.161

c) Composição do imobilizado reavaliado:

	30/09/11		
	Controladora		Valor residual da reavaliação
Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Reavaliação	
Obras civis em propriedades de terceiros	26.874	(26.874)	-
Móveis e utensílios	789	(267)	522
Máquinas e equipamentos	2.397	(557)	1.840
Equipamentos de processamento de dados	367	(233)	134
	30.427	(27.931)	2.496
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(849)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido em 30 de setembro de 2011			1.647

Notas Explicativas

	30/09/11		
	Consolidado		
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	26.874	(26.874)	-
Móveis e utensílios	1.383	(626)	757
Máquinas e equipamentos	4.209	(1.544)	2.665
Equipamentos de processamento de dados	494	(338)	156
	<u>32.960</u>	<u>(29.382)</u>	<u>3.578</u>
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(1.217)
Eliminações do consolidado (i)			<u>(714)</u>
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido em 30 de setembro de 2011			<u>1.647</u>

(i) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

d) Mutações do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Saldo inicial em 31/12/10	12.123	12.272	23.452	24.807
Adições:				
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	722	568	2.343	4.138
Móveis e utensílios	319	249	674	347
Máquinas e equipamentos	312	459	555	904
Equipamentos de processamento de dados	209	835	509	979
Veículos	-	28	3.001	28
Adiantamento de imobilizado	5.837	-	5.844	-
Total de adições	<u>7.399</u>	<u>2.139</u>	<u>12.926</u>	<u>6.396</u>
Baixas líquidas	164	(135)	152	(2.862)
Depreciação	(1.509)	(2.153)	(3.315)	(4.428)
Efeitos de variação cambial	-	-	66	(461)
Saldo final	<u>18.177</u>	<u>12.123</u>	<u>33.281</u>	<u>23.452</u>

A Companhia e a controlada Metropolitan Empreendimentos S.A. ofereceram como garantia equipamentos de processamento de dados, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios no montante de R\$8.181, em decorrência de execuções fiscais e reclamações trabalhistas e de consumidores.

Notas Explicativas

e) Mutação do intangível

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Saldo inicial em 31/12/10	1.944	1.688	2.161	2.013
Adições (exclusões):				
Software	605	639	630	715
Amortização	(385)	(383)	(491)	(538)
Outras	-	-	11	(29)
Saldo final	<u>2.164</u>	<u>1.944</u>	<u>2.311</u>	<u>2.161</u>

Anualmente, em atendimento ao CPC 01, os ativos imobilizados e intangíveis da Companhia são submetidos ao teste de “impairment”, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados, para avaliação da existência de eventuais perdas a serem reconhecidas. Em 31 de dezembro de 2010, a análise de “impairment” preparada pela Administração da Companhia não indicou nenhuma perda a ser registrada.

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Fornecedores nacionais	16.975	12.401	48.864	33.888
Fornecedores estrangeiros	1.544	2.375	6.580	2.587
Total	<u>18.519</u>	<u>14.776</u>	<u>55.444</u>	<u>36.475</u>

16. DEBÊNTURES

A Companhia celebrou, em 31 de março de 2010, com o Banco Bradesco BBI S.A., o Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações; foram emitidas 150 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$150 milhões, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 16 de março de 2010.

A emissão foi realizada nos termos da Instrução CVM n  476, de 16 de janeiro de 2009, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n  6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Os custos de transação incorridos na captação estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido de acordo com o CPC 08.

Notas Explicativas

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa média anual de juros - % a.a.</u>	<u>Controladora e consolidado</u>	
		<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Debêntures	CDI + 1,47 a 2,09	<u>131.524</u>	<u>150.276</u>
Parcela do passivo circulante		37.774	19.026
Parcela do passivo não circulante		93.750	131.250

- a) Em 30 de setembro de 2011, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures e descritas a seguir:
- i) Apresentação de proposta ou instauração de recuperação judicial ou extrajudicial.
 - ii) Descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária.
 - iii) Descumprimento da obrigação prevista na Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito de Cartões ou qualquer outro contrato de garantia que venha a ser firmado.
 - iv) Vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Companhia, no mercado local ou internacional, em um valor igual ou superior a R\$15 milhões.
 - v) Alteração no controle acionário direto ou indireto da Companhia sem que tenha sido previamente aprovada pelos debenturistas reunidos em assembléia especialmente convocada para esse fim.
 - vi) Cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia que possam, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes da escritura das debêntures.
 - vii) Transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações, e alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Companhia.
 - viii) Realização de qualquer pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja em mora com as obrigações objeto dessa escritura de emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
 - ix) Redução de capital social da Companhia em montante que possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações da Companhia, exceto se tal redução de capital for realizada com a finalidade de absorver prejuízos acumulados.
 - x) Outros eventos detalhados na escritura de emissão das debêntures.

Notas Explicativas

b) As debêntures são garantidas por:

- i) Alienação fiduciária, sob condição suspensiva, em favor dos titulares das debêntures, representados pelo agente fiduciário, das ações representativas de 100% do capital social da Companhia.
- ii) Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, em favor dos titulares das debêntures, representados pelo agente fiduciário, da totalidade dos direitos de crédito decorrentes dos contratos de patrocínio em vigor na data de assinatura da escritura de emissão.
- iii) Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, em favor dos titulares das debêntures, representados pelo agente fiduciário, da totalidade dos recebíveis dos cartões de crédito, compras e/ou débito das bandeiras de cartão de crédito.

As parcelas de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Controladora e consolidado</u>
2013	37.500
2014	37.500
2015	18.750
Total	<u>93.750</u>

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
COFINS a recolher	1.507	1.889	1.862	2.176
PIS a recolher	328	413	408	478
Imposto Sobre Serviços - ISS	3.119	4.827	3.203	4.951
Parcelamento - ISS (b)	-	-	340	418
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	2.216	3.975
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (c)	783	1.081	783	1.081
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	2	236	55
Imposto sobre faturamento (a)	-	-	2.162	2.279
IVA	-	-	-	969
PIS e COFINS - parcelamento	135	217	135	217
Outros	323	542	422	824
Passivo circulante	<u>6.195</u>	<u>8.971</u>	<u>11.767</u>	<u>17.423</u>

Notas Explicativas

PIS/COFINS	-	73	-	73
Parcelamento de ISS (b)	-	-	-	139
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (c) (d)	6.171	9.731	6.171	9.731
Imposto sobre faturamento (a)	-	-	2.537	3.174
Passivo não circulante	<u>6.171</u>	<u>9.804</u>	<u>8.708</u>	<u>13.117</u>

- (a) Imposto sobre ingressos brutos, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, incidente sobre as receitas nas controladas da Argentina.
- (b) A Metropolitan Empreendimentos S.A. solicitou parcelamento dos débitos de ISS referentes ao período de 1999 a 2000, o qual foi aprovado pela Secretaria Municipal de Finanças; os recolhimentos iniciaram-se a partir de maio de 2007. O valor principal do parcelamento foi de R\$834 e da multa de mora de R\$1.255, e o prazo para a liquidação é de 60 parcelas. Sobre cada parcela da dívida incidem juros de 1%, calculados sobre o valor da parcela inicial. Ao final de cada ano, o saldo devedor será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E.
- (c) Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Lei nº 11.941/09

Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, atendendo ao prazo previsto pela Lei, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em novembro de 2009 para débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial. A consolidação deste parcelamento foi concretizada em 24 de junho de 2011 pela Receita Federal do Brasil sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos estão sendo objeto de parcelamento.

Conforme previsto em referida Lei, ao aderir a tal parcelamento, a Companhia se beneficia da redução de multas, juros e encargos legais, cujos percentuais de redução dependem da opção de prazo de pagamento escolhida. Adicionalmente, a Companhia poderia optar pelo pagamento ou parcelamento dos débitos, podendo liquidar, nos casos aplicáveis, os valores correspondentes à multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios remanescentes, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, não reduzidos nos critérios da referida Lei, com a utilização de prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social próprios.

Sendo assim, o valor consolidado destes débitos foi no montante de R\$10.147, tendo a Companhia optado em liquidar parte destes débitos com o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no valor de R\$3.344 e R\$1.204, respectivamente, reconhecidos no resultado financeiro, para compensação de multas e juros referentes aos processos. Sendo assim, o saldo restante objeto do parcelamento, foi no montante de R\$5.599, o qual será pago em 120 meses, a partir de junho de 2011.

A seguir são demonstrados os débitos tributários que foram inscritos no parcelamento pela Companhia, conforme a Lei nº 11.941/09:

Notas Explicativas

<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Débitos fiscais IRPJ/CSLL/PER/DCOMP - 2002 e	5.274	10.551
Débitos fiscais PIS/COFINS - 1997 a 2000	106	261
Total	<u>5.380</u>	<u>10.812</u>

(d) Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Lei Municipal nº 15.406/11

Em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe a reabertura do prazo, no exercício de 2011, para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129, de 11 de janeiro de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários administrados pela Prefeitura do Município de São Paulo.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, atendendo ao prazo previsto pela Lei, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em agosto de 2011 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada pela Administração e de seus assessores jurídicos como sendo possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 30 de agosto de 2011 pela Prefeitura do Município de São Paulo sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos estão sendo objeto de pleito de parcelamento.

Sendo assim, o valor consolidado foi negociado para pagamento em 120 meses.

A seguir são demonstrados os débitos tributários que foram inscritos no parcelamento pela Companhia, conforme a Lei nº 15.406/11:

<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Débitos fiscais ISS/TLIF-TFE/TFA/AI	1.440	-
Débitos fiscais Ocesa ISS/TLIF-TFE/TFA/AI	134	-
Total	<u>1.574</u>	<u>-</u>

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Os adiantamentos de clientes referem-se ao valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, “merchandising” e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado do exercício à medida que os serviços forem prestados.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Contratos de “naming rights” (a)	1.323	1.124	2.537	1.715
Patrocínios, suítes e camarotes (b.1)	12.948	32.422	24.002	35.296
Eventos privados (b.2)	2.364	336	5.130	1.565
Vendas antecipadas de ingressos (c)	84.944	52.447	107.335	73.231
Intermediação de shows	-	-	7.012	1.483
Passivo circulante	<u>101.579</u>	<u>86.329</u>	<u>146.016</u>	<u>113.290</u>
Patrocínios - suítes e camarotes (b.1.)	-	1.313	-	1.313
Passivo não circulante	<u>-</u>	<u>1.313</u>	<u>-</u>	<u>1.313</u>

(a) Contratos de “naming rights”

Consistem em contratos de patrocínio cujo objetivo é outorgar ao patrocinador o direito de dar nome às casas de espetáculos ou a evento específico, mediante pagamento de determinado valor. Os contratos fixam termos e condições em que o patrocinador terá o direito de nomear determinado espaço ou evento, como forma de divulgação de sua marca.

(b) Contratos: patrocínios, suítes, camarotes e eventos privados

(b.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador em todas as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Suítes e camarotes: tais contratos têm como objetivo a cessão, em caráter precário e temporário, de suítes ou camarotes localizados no interior das casas de espetáculos, geralmente as empresas, para uso em todo espetáculo artístico e cultural aberto ao público em geral, por período determinado e mediante pagamento de determinado valor por tal uso.

(b.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, em caráter precário e temporário, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas, mediante o pagamento de determinado valor.

(c) Vendas antecipadas de ingressos

Referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

Notas Explicativas

19. PATROCÍNIOS - LEI DE INCENTIVO À CULTURA

Lei Rouanet

A Companhia atua na captação de recursos para aplicação nos projetos culturais por ela explorados, aprovados pelo Ministério da Cultura, não sendo a beneficiária dos valores recebidos, de acordo com as disposições da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99.

Os valores recebidos pela Companhia são depositados e mantidos em conta corrente ou aplicação financeira específica e única para cada projeto em uma instituição financeira determinada pelo Ministério da Cultura e apresentados na rubrica “Caixa restrito”, conforme descrito na nota explicativa nº 7.

A contrapartida dos valores recebidos também está registrada em conta específica e única para cada projeto no passivo circulante e está representada pela obrigação de a Companhia aplicar os referidos recursos para a realização do projeto aprovado. Os gastos incorridos em cada projeto são debitados diretamente nessa conta, cujo saldo tende a zerar no fim do projeto. Os valores eventualmente não realizados são devolvidos ao Ministério da Cultura quando da prestação de contas do projeto.

O registro das operações incentivadas pela Lei Rouanet são de caráter temporário, não existindo nenhum registro em contas de resultado.

A seguir, composição dos montantes envolvidos:

Controladora	Nº Pronac	Valor aprovado	30/09/11	31/12/10
As Bruxas de Eastwick	10 10472	5.967	1.382	-
CATS - O Musical - São Paulo	09 5007	6.155	-	253
Disney On Ice - São Paulo e Rio de Janeiro	10 12549	5.117	1.031	-
Mamma Mia	09 7620	13.396	4.312	3.132
Sky Mirage	10 12564	5.893	1.190	-
Titanic	10 12582	2.986	345	-
Total		<u>39.514</u>	<u>8.260</u>	<u>3.385</u>

Notas Explicativas

<u>Consolidado</u>	<u>Nº Pronac</u>	<u>Valor aprovado</u>	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
As Bruxas de Eastwick	10 10472	5.967	1.382	-
CATS - O Musical - São Paulo	09 5007	6.155	-	253
Disney On Ice - São Paulo e Rio de Janeiro	10 12549	5.117	1.031	-
Mamma Mia	09 7620	13.396	4.312	3.132
Sky Mirage	10 12564	5.893	1.190	-
Slava's	09 6299	3.231	-	40
Stomp	09 4969	2.093	-	41
Titanic	10 12582	2.986	345	-
Total		<u>44.838</u>	<u>8.260</u>	<u>3.466</u>

A seguir, a movimentação dos montantes envolvidos:

<u>Controladora</u>	<u>31/12/10</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/09/11</u>
As Bruxas de Eastwick	-	3.803	(2.421)	1.382
CATS - O Musical - São Paulo	253	156	(409)	-
Disney On Ice - São Paulo e Rio de Janeiro	-	2.950	(1.919)	1.031
Mamma Mia	3.132	7.812	(6.632)	4.312
Sky Mirage	-	2.246	(1.056)	1.190
Titanic	-	615	(270)	345
Total	<u>3.385</u>	<u>17.582</u>	<u>(12.707)</u>	<u>8.260</u>

<u>Consolidado</u>	<u>31/12/10</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/09/11</u>
As Bruxas de Eastwick	-	3.803	(2.421)	1.382
CATS - O Musical - São Paulo	253	156	(409)	-
Disney On Ice - São Paulo e Rio de Janeiro	-	2.950	(1.919)	1.031
Mamma Mia	3.132	7.812	(6.632)	4.312
Sky Mirage	-	2.246	(1.056)	1.190
Slava's	40	-	(40)	-
Stomp	41	-	(41)	-
Titanic	-	615	(270)	345
Total	<u>3.466</u>	<u>17.582</u>	<u>(12.788)</u>	<u>8.260</u>

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em certas contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

Notas Explicativas

A Companhia mantém, com sua ex-acionista controladora CIE Internacional S.A. de C.V., contratos em que esta se responsabilizou por contingências de qualquer natureza, relativas a fatos ocorridos antes de 1º de dezembro de 2000 (nesse caso, a acionista CIE será responsável por 100%) e entre 1º de dezembro de 2000 e 14 de maio de 2007 (nesse caso, a CIE será responsável por 85% e Fernando Luiz Alterio por 15%, ou, se as participações societárias à época do fato gerador da referida contingência forem diferentes de 85% e 15%, a responsabilidade de tais acionistas será devida na proporção das respectivas participações então detidas), que resultem em perdas definitivas e com desembolsos para a Companhia, desde que tais perdas excedam o montante de US\$5 milhões, respeitadas as condições do citado contrato. Não obstante, a CIE é, nos termos do contrato de subscrição de ações, 100% responsável por contingências de qualquer natureza relacionadas às controladas localizadas na Argentina e no Chile que tenham fato gerador anterior a 14 de maio de 2007. Considerando os acontecimentos ocorridos dessa natureza até 30 de setembro de 2011 e em atendimento ao referido contrato, a CIE Internacional S.A. de C.V. tem a reembolsar à Companhia o valor total de R\$3.925 conforme nota explicativa nº 12. O atual acionista controlador Fernando Luiz Alterio tem débitos no valor de R\$236 com a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia possui uma garantia incondicional de pagamento, integral e à vista, em fiança constituída de acordo com as leis do Distrito Federal do México, outorgada por Corporación Interamericana de Entretenimiento, S.A.B. de C.V., uma companhia mexicana de capital aberto, controladora da CIE Internacional S.A. de C.V., que poderá ser executada pela Companhia a qualquer tempo, caso a obrigação de pagar as referidas perdas indenizáveis, previstas nos contratos de compra e venda, e de subscrição de ações, não seja cumprida pela CIE Internacional S.A. de C.V.

A composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Trabalhistas	10.493	14.210	11.124	14.797
Cíveis	7.567	5.895	9.213	7.714
Tributários	1.981	2.641	5.113	6.898
Total	<u>20.041</u>	<u>22.746</u>	<u>25.450</u>	<u>29.409</u>
Circulante	6.585	6.972	6.842	7.494
Não circulante	13.456	15.774	18.608	21.915

20.1) Processos tributários

Em setembro de 2011, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em potenciais riscos tributários classificadas como risco de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$28.300 (R\$26.646 em 31 de dezembro de 2010).

Entre os processos tributários que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

- Processos relativos à ISS: a maioria dos processos tributários, judiciais ou administrativos envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto acrescido de multa e juros legais. Em 30 de setembro de 2011 o montante global desses processos, classificados como perda

Notas Explicativas

possível é de aproximadamente R\$8.900, não há processos classificados como perda provável. Em todos esses processos a Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento definitivo na esfera administrativa ou judicial. Nos casos de processos judiciais, a Companhia ofereceu garantia mediante depósito em dinheiro, cartas de fiança ou nomeação de bens móveis de sua propriedade. Tais processos são relativos principalmente ao ISS com a Prefeitura do Município de São Paulo e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. A Companhia alega a ilegalidade e discute a incidência desse imposto sobre a prestação de serviços para ingressos cancelados, cortesia, serviços de entretenimento, receitas de aluguel de suítes e espaços para eventos e cessão de espaços.

Em fevereiro de 2011 a Companhia impetrou mandado de segurança contra o Município de São Paulo, com o objetivo de afastar qualquer ato tendente a exigir da Companhia o recolhimento de ISS em razão da isenção tributária prevista na Lei Municipal nº 15.134/10. A liminar foi concedida em 7 de fevereiro de 2011 e, posteriormente, confirmada por meio de sentença favorável à Companhia de 19 de abril de 2011, que reconheceu seu direito à isenção prevista na citada Lei. Atualmente, aguarda-se julgamento dos recursos de apelação interpostos pelas partes. O montante do imposto, objeto da discussão, no período compreendido entre abril de 2010 até 30 de setembro de 2011, é de R\$2.990. Conforme assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda desse caso é possível.

- b) A Companhia, em dezembro de 2009, foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, para cujo processo se discute o valor de R\$7.360, que decorre, em suma, da cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais - DCTF; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração citado e espera julgamento na instância administrativa; a opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível.
- c) A Companhia, em julho de 2010, foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, sendo discutido o valor de R\$2.279, decorrente, em suma, da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE -Tecnologia, instituída pela Lei nº 10.168/00, os quais foram acrescidos de multa de ofício (75%) e juros de mora, referentes ao ano-calendário 2007. A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração citado e espera julgamento na instância administrativa; a opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível.

20.2) Processos trabalhistas

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em ações de natureza trabalhista e previdenciária cujo risco de perda é provável e conforme opinião dos assessores jurídicos totaliza R\$11.124 (R\$14.797 em 31 de dezembro de 2010).

A Companhia e suas controladas, em 30 de setembro de 2011, estão envolvidas em 89 processos trabalhistas, cujos riscos foram considerados possíveis, no valor de R\$5.538 (R\$5.394 em 31 de dezembro de 2010, correspondentes a 82 processos).

Notas Explicativas

Entre os processos trabalhistas que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

- a) Processo, em trâmite perante a 30ª Vara do Trabalho de São Paulo, em que o reclamante pede, em suma, a declaração de nulidade do contrato de prestação de serviços e o reconhecimento de relação de emprego. O processo, em 30 de setembro de 2011, estava em fase de execução provisória em primeira instância; havendo recurso de revista da Companhia pendente de julgamento. O valor bruto envolvido é de R\$1.765, cuja probabilidade de perda é provável.
- b) Processo/expediente que tramita perante o Juízo do Trabalho da Cidade de Buenos Aires - Argentina, proposto por Roberto Costa contra as seguintes empresas: T4F Inversiones S.A., Ticketek Argentina S.A., T4F Entretenimientos Argentina S.A., B.A. Inversiones S.A., Pop Art S.A., Clemente Lococo S.A., Ticketmaster S.A. e T4F Entretenimento S.A. O reclamante questiona, em suma, diferenças no pagamento de remuneração fixa e no pagamento de remuneração variável nos anos 2007, 2008 e 2009, além de multas previstas em legislação trabalhista. A Companhia apresentou defesa em 10 de dezembro de 2010, por cada uma das empresas reclamadas, aguardando a instrução e o julgamento do processo, sendo o valor envolvido de R\$3.347, cuja probabilidade de perda é possível.

20.3) Processos cíveis e outros

A Companhia e suas controladas são partes em processos cíveis no montante de R\$9.213, classificados como risco de perda provável (R\$7.714 em 31 de dezembro de 2010). As principais alegações no Brasil advêm de violação a normas consumistas e negativas de venda de ingressos com 50% de desconto (decorrentes de leis referentes à “meia-entrada”) e na Argentina perseguem responsabilidade civil por perdas e danos, bem como direitos do consumidor.

Dos processos cíveis que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

- a) O litígio com o Clube Atlético Mineiro, de probabilidade de perda possível, no valor de R\$29.118 em 30 de setembro de 2011, correspondente a 1/3 do total pleiteado, conforme descrito a seguir: o processo, em trâmite perante a 10ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte - MG, refere-se a uma ação de cobrança de multa, por alegado descumprimento por parte da Companhia e de outros réus, de compromisso firmado com o Clube, além de danos morais. O Clube Atlético Mineiro persegue condenação solidária de três litisconsortes passivos, no pagamento da multa contratual, dos danos morais e das verbas da sucumbência, o que o autorizará, se acolhidos os pedidos da demanda, a exigir e executar um, alguns ou todos os réus, de tal modo que aquele dos réus que satisfizer a obrigação poderá, subsequentemente, em regresso, buscar reaver dos demais os respectivos quinhões. Em 21 de fevereiro de 2011, foi proferida sentença julgando improcedente a ação, reconhecendo a inexistência de um pré-contrato vinculante entre as partes, bem como a impossibilidade de incidência da cláusula penal prevista no acordo de exclusividade pactuado. Atualmente, aguarda-se eventual interposição de recurso de apelação do autor.
- b) A Companhia é autora reconvinada em demanda, em trâmite perante a 6ª Vara Cível de São Paulo, movida contra Galaxy do Brasil Ltda., ré reconvinte, em que a Companhia

Notas Explicativas

busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos, e a Galaxy pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de certas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido do período de 31 de julho de 2003 a 24 de julho de 2005, com atualização monetária e juros de 0,5% ao mês desde a citação, além das custas e despesas processuais. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença, e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível.

- c) Em 12 de agosto de 2011 a Companhia entrou com ação contra a TNL Participações S.A e Telemar Norte Leste S.A. Neste processo discute-se a rescisão de contrato de patrocínio firmado entre as partes. Em 16 de agosto de 2011, foi distribuída ação das autoras TNL Participações S.A e Telemar Norte Leste S.A contra a Companhia, na 30ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. Em 26 de setembro de 2011 a Companhia apresentou sua contestação da ação. Atualmente os dois processos tramitam juntos na 30ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro. Em 30 de setembro de 2011, o montante em discussão é de aproximadamente R\$2.900, e a probabilidade de perda da Companhia, foi avaliada pelos assessores jurídicos como possível.
- d) A Companhia também figura no polo passivo de ações civis públicas propostas pelo Ministério Público, a saber: (i) Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em 2007, em trâmite perante a 3ª Vara Empresarial do Foro Central da Capital do Estado do Rio de Janeiro - RJ, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$1.000, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência, pela Companhia, quando da venda de ingressos nas bilheterias oficiais dos espetáculos. A Companhia apresentou defesa nesse processo, e, em 30 de setembro de 2011, o processo aguarda decisão de primeira instância. De acordo com a avaliação dos advogados da Companhia (ii) na Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, em trâmite perante a 25ª Vara Cível do Foro Central, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$300, em que se pede a abstenção de cobrança pela Companhia: (1) de taxa de conveniência quando da venda de ingressos na hipótese de venda eletrônica ou por telefone; e (2) de taxa de entrega quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento. Além disso, o Ministério Público pede a condenação da Companhia à restituição aos consumidores dos valores pagos a título de taxa de conveniência e de entrega, após o trânsito em julgado da decisão. A Companhia já apresentou defesa e aguarda decisão de primeira instância. De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.
- e) A Companhia, nos anos 2010 e 2011, foi autuada pela Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, cujos autos de infração envolvem o valor de R\$1.786. Tais autuações decorrem da realização pela Companhia de pré-venda de ingressos a clientes de patrocinadores e limitação de venda de meia-entrada a estudantes no Município de São Paulo, entre outros atos que, segundo entendimento do PROCON, consistem em condutas infringentes ao Código de Defesa do Consumidor. Todos os processos tem probabilidade de perda avaliada como possível, e os autos de infração encontram-se em

Notas Explicativas

discussão na esfera administrativa. Caso esgotada a esfera administrativa sem sucesso da Companhia, esta poderá discutir tais autuações na esfera judicial.

f) A Companhia é parte ativa de três ações renovatórias de contratos de locação dos imóveis, nos quais a mesma opera suas casas de espetáculos como segue:

(i) Casa Citibank Hall – São Paulo, nesta ação de fevereiro de 2008, que tramita na 2ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, movida contra a Associação Brasileira de Educação e Assistência – ABEA, as partes celebraram acordo que pôs fim ao processo, no valor de R\$702, já provisionado pela Companhia;

(ii) Casa Credicard Hall – São Paulo, ação de julho de 2009, que tramita na 28ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, movida contra a Companhia Horário Sabino Coimbra – Comércio e Participações Ltda. Neste processo, que atualmente está em fase de produção de prova pericial, os assessores jurídicos avaliam a probabilidade de perda da Companhia como remota.

(iii) Casa Citibank Hall - Rio de Janeiro, ação de 20 de setembro de 2011, que tramita na 1ª Vara Cível do Foro Regional da Barra da Tijuca – Rio de Janeiro, movida contra as partes: Fundação Petrobrás de Seguridade Social – PETROS, ROVIP S.A., PRECE – Previdência Privada, Caixa de Previdência dos Funcionários do Sistema BANERJ – PREVIBANERJ, Janaf Empreendimentos e Participações Ltda., Arocenter Empreendimentos e Participações Ltda., e o Fundo de Investimentos Imobiliários Via Parque Shopping. Nesta ação, que se encontra em fase inicial, a Companhia pleiteia a renovação do aluguel, nos termos dos contratos aditivos celebrados entre as partes. O valor atribuído ao processo na distribuição é de aproximadamente R\$1.100 e a probabilidade de perda da Companhia foi avaliada como possível.

20.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

<u>Controladora</u>	<u>31/12/10</u>	<u>Provisão (reversão)</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>30/09/11</u>
Trabalhistas	14.210	(3.705)	(338)	326	10.493
Cíveis	5.895	1.886	(214)	-	7.567
Tributários	2.641	(717)	(24)	81	1.981
Total	22.746	(2.536)	(576)	407	20.041

<u>Consolidado</u>	<u>31/12/10</u>	<u>Provisão (reversão)</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Efeitos de variação cambial</u>	<u>30/09/11</u>
Trabalhistas	14.797	(3.694)	(357)	363	15	11.124
Cíveis	7.714	1.625	(214)	-	88	9.213
Tributários	6.898	(2.239)	(24)	355	123	5.113
Total	29.409	(4.308)	(595)	718	226	25.450

Notas Explicativas

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2011, o capital social da Companhia é de R\$228.620 (líquido de gastos com emissão de ações no montante de R\$9.504) é representado por 69.290.620 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A reconciliação das ações no início e no fim do período e como segue:

Posição acionária em 31 de dezembro de 2010	229.865.248
Grupamento das ações em 13 de janeiro de 2011	57.466.312
Novas ações emitidas em 11 de abril de 2011	11.724.138
Novas ações emitidas em 12 de julho de 2011	100.170
Posição acionária em 30 de setembro de 2011	<u>69.290.620</u>

Em 14 de fevereiro de 2011, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$13.075, sem a emissão de novas ações ordinárias e nominativas sem valor nominal. Referido aumento de capital ocorreu com a utilização das reservas de retenção de lucros da Companhia existentes até 31 de dezembro de 2010.

Em 13 de janeiro de 2011, em Assembleia Geral Extraordinária foi deliberado o grupamento da totalidade das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia naquela data, à razão de 4:1, de forma que cada 4 ações ordinárias de sua emissão passaram a corresponder a 1 ação ordinária, sendo mantido o valor do capital social da Companhia e passando o número de ações ordinárias em que se divide o capital social de 229.865.248 ações ordinárias para 57.466.312 ações ordinárias, as quais foram distribuídas entre os acionistas na mesma proporção detida por cada um deles anteriormente ao grupamento de ações.

Em 11 de abril de 2011, conforme aprovado em Ata de Reunião do Conselho da Administração, foram emitidas 11.724.138 ações subscritas e integralizadas com recursos obtidos em oferta pública de ações na BM&FBOVESPA. A liquidação das ações comercializadas ocorreu em 15 de abril de 2011, o montante total captado foi de R\$187.586, tendo a Companhia incorrido em gastos na emissão dessas ações no montante de R\$9.504, líquido dos efeitos tributários de R\$4.896. A referida captação foi contabilizada pelo valor líquido dos referidos gastos em atendimento ao disposto no CPC 08 – Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

Em 12 de julho de 2011, conforme aprovado em Ata de Reunião do Conselho da Administração, foram emitidas 100.170 ações subscritas e integralizadas com recursos decorrentes do Plano de Opção de Compra de Ações, conforme descrito na nota explicativa nº 31. A liquidação das ações ocorreu em agosto de 2011, no montante de R\$1.001.

b) Política de distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social. Os dividendos obrigatórios e adicionais destacados em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$9.175 e R\$27.524, respectivamente, foram pagos em 30 de março de 2011.

Notas Explicativas

c) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2010, foi constituída reserva legal no valor de R\$1.705. Em 2010, o valor destinado à reserva legal é inferior aos 5% definidos na Lei das Sociedades por Ações, para atender a outra obrigação da Lei, em que o total de reserva legal não pode ultrapassar 20% do capital social.

d) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404.76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. Conforme disposto no artigo 199 da Lei nº 11.638/07, “o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social, cabendo à Assembleia deliberar sobre a aplicação desse excesso no aumento de capital ou distribuição de dividendos”.

e) Ajustes de avaliação patrimonial

Em 30 de setembro de 2011, em conformidade com as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, foi reconhecida no patrimônio líquido da Companhia, no subgrupo “Ajustes de avaliação patrimonial”, ganho relativo ao ajuste de variação cambial na conversão de demonstrações financeiras das controladas no exterior, no montante de R\$3.412 (ganho acumulado de R\$2.912 em 31 de dezembro de 2010).

f) Reserva de capital

Conforme descrito na nota explicativa nº 31 em 13 de abril de 2011, o plano de opção de compras de ações da Companhia foi convertido de passivo financeiro para instrumento de patrimônio. Portanto, naquela data, a Companhia transferiu para o patrimônio na rubrica Reversa de capital, o montante de R\$2.960 e na mesma data efetuou a avaliação deste instrumento ao seu valor justo. A despesa correspondente à contraprestação dos serviços entre aquela data e 30 de setembro de 2011, foi de R\$1.214 registrados no resultado do período contra reserva de capital, perfazendo o total de R\$4.174.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora			
	01/07/11 à 30/09/11	01/01/11 à 30/09/11	01/07/10 à 30/09/10	01/01/10 à 30/09/10
Receita bruta:				
Receita bruta de serviços	77.996	259.817	37.356	233.772
Impostos incidentes	(9.919)	(32.311)	(4.917)	(30.713)
Receita líquida	<u>68.077</u>	<u>227.506</u>	<u>32.438</u>	<u>203.059</u>

Notas Explicativas

	Consolidado			
	01/07/11 à	01/01/11 à	01/07/10 à	01/01/10 à
	30/09/11	30/09/11	30/09/10	30/09/10
Receita bruta:				
Receita bruta de serviços	120.734	409.451	99.175	417.120
Receita bruta de produtos	4.066	13.841	2.414	14.078
Impostos incidentes	<u>(13.286)</u>	<u>(45.397)</u>	<u>(7.482)</u>	<u>(41.008)</u>
Receita líquida	<u>111.514</u>	<u>377.895</u>	<u>94.107</u>	<u>390.190</u>

23. DESPESAS LÍQUIDAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora			
	01/07/11 à	01/01/11 à	01/07/10 à	01/01/10 à
	30/09/11	30/09/11	30/09/10	30/09/10
Constituição (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	130	32	(135)	222
Serviços de terceiros	(5.685)	(15.444)	(3.636)	(10.702)
Utilidades e facilidades	(824)	(2.173)	(646)	(1.857)
Despesas de benefícios a colaboradores (nota explicativa nº 24)	(8.022)	(26.415)	(6.966)	(20.804)
Outras despesas operacionais	(1.185)	(1.547)	(966)	(2.953)
Despesas operacionais	<u>(15.586)</u>	<u>(45.547)</u>	<u>(12.349)</u>	<u>(36.094)</u>

	Consolidado			
	01/07/11 à	01/01/11 à	01/07/10 à	01/01/10 à
	30/09/11	30/09/11	30/09/10	30/09/10
Constituição (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	1.194	960	(493)	(483)
Serviços de terceiros	(9.841)	(26.725)	(11.358)	(26.308)
Utilidades e facilidades	(942)	(2.527)	(761)	(2.184)
Despesas de benefícios a colaboradores (nota explicativa nº 24)	(12.010)	(38.809)	(6.863)	(27.562)
Outras despesas operacionais	(1.799)	(2.526)	(820)	(3.364)
Despesas operacionais	<u>(23.398)</u>	<u>(69.627)</u>	<u>(20.295)</u>	<u>(59.901)</u>

As despesas operacionais apresentadas acima representam a somatória das rubricas, vendas, gerais e administrativas e remuneração dos administradores (essa última vide nota explicativa 12.2) na demonstração de resultado.

Notas Explicativas**24. DESPESAS COM BENEFÍCIOS A COLABORADORES**

	Controladora			
	01/07/11 à 30/09/11	01/01/11 à 30/09/11	01/07/10 à 30/09/10	01/01/10 à 30/09/10
Salários e bonificações	(4.173)	(15.060)	(3.187)	(11.606)
Despesa de férias	(427)	(1.237)	(398)	(1.275)
Despesa de 13º salário	(299)	(870)	(278)	(889)
Encargos sociais	(1.563)	(4.755)	(1.336)	(4.420)
Participação nos resultados - bônus	(542)	(1.438)	(95)	(1.884)
Pagamentos baseados em ações	(548)	(1.625)	-	-
Outros benefícios a empregados (i)	(774)	(2.378)	(914)	(2.086)
Total de despesas com benefícios a empregados	(8.326)	(27.363)	(6.208)	(22.160)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(304)	(948)	758	(1.356)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(8.022)	(26.415)	(6.966)	(20.804)
	(8.326)	(27.363)	(6.208)	(22.160)

	Consolidado			
	01/07/11 à 30/09/11	01/01/11 à 30/09/11	01/07/10 à 30/09/10	01/01/10 à 30/09/10
Salários e bonificações	(7.577)	(26.889)	(9.388)	(22.659)
Despesa de férias	(599)	(1.720)	(570)	(1.859)
Despesa de 13º salário	(526)	(1.544)	(523)	(1.429)
Encargos sociais	(3.408)	(8.412)	(3.624)	(8.185)
Participação nos resultados - bônus	(715)	(1.735)	(310)	(2.387)
Pagamentos baseados em ações	(548)	(1.625)	(414)	(461)
Outros benefícios a empregados (i)	(1.135)	(3.799)	(1.239)	(3.063)
Total de despesas com benefícios a empregados	(14.508)	(45.724)	(16.068)	(40.043)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(2.498)	(6.915)	(9.205)	(12.481)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(12.010)	(38.809)	(6.863)	(27.562)
	(14.508)	(45.724)	(16.068)	(40.043)

(i) A Companhia não oferece plano de contribuição nem benefício definido a seus colaboradores.

Notas Explicativas**25. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora			
	01/07/11 à 30/09/11	01/01/11 à 30/09/11	01/07/10 à 30/09/10	01/01/10 à 30/09/10
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(141)	(270)	(114)	(3.267)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(38)	(190)	(54)	(145)
Multas - processos contingentes	-	(1)	(5)	(171)
Perdas de investimentos em fundos cambiais	-	(315)	-	-
Juros com debêntures	(5.178)	(14.569)	(4.504)	(8.374)
Outras	(202)	(687)	(272)	(535)
Total	(5.559)	(16.032)	(4.949)	(12.492)

	Consolidado			
	01/07/11 à 30/09/11	01/01/11 à 30/09/11	01/07/10 à 30/09/10	01/01/10 à 30/09/10
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(240)	(933)	(709)	(4.826)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(606)	(1.639)	(429)	(1.432)
Multas - processos contingentes	(6)	(18)	(4)	(202)
Perdas de investimentos em fundos cambiais	-	(315)	-	-
Juros com debêntures	(5.178)	(14.569)	(4.504)	(8.374)
Outras	(412)	(1.124)	(285)	(599)
Total	(6.442)	(18.598)	(5.931)	(15.433)

	Controladora			
	01/07/11 à 30/09/11	01/01/11 à 30/09/11	01/07/10 à 30/09/10	01/01/10 à 30/09/10
Receitas financeiras:				
Juros ativos	135	4.790	189	1.246
Rendimentos de aplicações financeiras	6.597	13.586	769	2.100
Ganhos líquidos decorrentes de operação de "swap"	224	224	-	971
Outras	33	46	118	175
Total	6.989	18.646	1.076	4.492

Notas Explicativas

	Consolidado			
	01/07/11 à 30/09/11	01/01/11 à 30/09/11	01/07/10 à 30/09/10	01/01/10 à 30/09/10
Receitas financeiras:				
Juros ativos	46	5.097	239	1.439
Rendimentos de aplicações financeiras	7.095	15.005	1.178	3.304
Ganhos líquidos decorrentes de operação de "swap"	224	224	-	971
Outras	254	297	179	256
Total	7.619	20.623	1.596	5.970

	Controladora			
	01/07/11 à 30/09/11	01/01/11 à 30/09/11	01/07/10 à 30/09/10	01/01/10 à 30/09/10
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(4.151)	(5.960)	(1.074)	(12.992)
Ativas	4.798	6.537	1.089	9.205
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	(124)	(418)	(186)	(555)
Ativas	18	82	31	88
Total	541	241	(140)	(4.254)

	Consolidado			
	01/07/11 à 30/09/11	01/01/11 à 30/09/11	01/07/10 à 30/09/10	01/01/10 à 30/09/10
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(4.344)	(7.866)	(3.690)	(17.055)
Ativas	6.875	9.625	988	11.508
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	(160)	(526)	(251)	(684)
Ativas	22	116	42	133
Total	2.393	1.349	(2.911)	(6.098)

26. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora			
	01/07/11 à 30/09/11	01/01/11 à 30/09/11	01/07/10 à 30/09/10	01/01/10 à 30/09/10
Reversão de provisão para riscos tributários, civeis e trabalhistas	1.303	3.112	713	2.399
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(102)	(104)	(21)	(101)
Outras operacionais, líquidas	747	770	991	1.114
Total	1.948	3.778	1.683	3.412

Notas Explicativas

	Consolidado			
	01/07/11 à 30/09/11	01/01/11 à 30/09/11	01/07/10 à 30/09/10	01/01/10 à 30/09/10
Reversão de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.695	4.582	633	2.256
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(102)	(104)	555	1.694
Outras operacionais, líquidas	1.669	3.164	1.033	2.292
Total	3.262	7.642	2.221	6.242

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado**

	Controladora			
	01/07/11 à 30/09/11	01/01/11 à 30/09/11	01/07/10 à 30/09/10	01/01/10 à 30/09/10
IRPJ e CSLL diferidos	(5.999)	(26.339)	(923)	(11.638)
Total	(5.999)	(26.339)	(923)	(11.638)

	Consolidado			
	01/07/11 à 30/09/11	01/01/11 à 30/09/11	01/07/10 à 30/09/10	01/01/10 à 30/09/10
Despesa de IRPJ corrente	(934)	(3.736)	(1.229)	(3.806)
Despesa de CSLL corrente	(174)	(628)	(189)	(934)
IRPJ e CSLL diferidos	(4.573)	(24.787)	(478)	(11.328)
Total	(5.681)	(29.151)	(1.896)	(16.068)

A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do período é a seguinte:

	Controladora			
	01/07/11 à 30/09/11	01/01/11 à 30/09/11	01/07/10 à 30/09/10	01/01/10 à 30/09/10
Lucro (prejuízo) do trimestre/período antes do IRPJ e da CSLL	23.298	52.809	(7.596)	25.807
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(7.921)	(17.955)	2.583	(8.774)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(97)	(160)	(97)	(331)
Resultado de equivalência patrimonial	920	1.443	(3.199)	497
Plano de remuneração baseado em ações	(185)	(552)	-	-
Efeitos tributários da consolidação de parcelamento (i)	-	(11.391)	-	-
Outras	1.284	2.276	(210)	(3.030)
Despesa de IRPJ e CSLL	(5.999)	(26.339)	(923)	(11.638)

Notas Explicativas

	Consolidado			
	01/07/11 à 30/09/11	01/01/11 à 30/09/11	01/07/10 à 30/09/10	01/01/10 à 30/09/10
Lucro (prejuízo) do trimestre/período antes do IRPJ e da CSLL	23.288	56.521	(6.379)	31.552
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(7.918)	(19.217)	2.169	(10.728)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(98)	(170)	(140)	(431)
Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias não	(30)	(119)	21	(159)
Controlada tributada por meio de lucro presumido	49	414	64	986
Controlada tributada no exterior	(224)	(1.946)	(4.490)	(3.287)
Plano de remuneração baseado em ações	(185)	(552)	-	-
Efeitos tributários da consolidação de parcelamento (i)	-	(11.391)	-	-
Outras	2.725	3.830	480	(2.449)
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(5.681)</u>	<u>(29.151)</u>	<u>(1.896)</u>	<u>(16.068)</u>

- (i) Conforme mencionado na nota explicativa 17.(c), em 24 de junho de 2011 a Receita Federal do Brasil consolidou o parcelamento de débitos instituídos pela Lei 11.941/2009, tendo a companhia desistido de discussões administrativas acerca de determinados Autos de Infração relativos à IRPJ e CSLL e incluído referidos débitos em tal parcelamento. Desta forma, a Companhia revisou as apurações do IRPJ e CSLL dos exercícios autuados, revertendo assim prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL apurados naqueles exercícios, o que resultou na baixa dos impostos diferidos no montante de R\$ 10.447 para o resultado do período. Adicionalmente a Companhia optou pelo benefício de liquidar a parte do parcelamento referente à multa e juros com prejuízo fiscal e base negativa e, portanto, realizou o IRPJ e CSLL diferidos no montante de R\$ 944.

b) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nas informações contábeis intermediárias na controladora e no consolidado:

Notas ExplicativasControladora

	31/12/10	Reconhecido no resultado 01/07/2011 à 30/09/11	Reconhecido no resultado período	30/09/11
Impostos diferidos ativos sobre:				
Não circulante:				
Ágio gerado por incorporação (vide nota explicativa nº 13)	55.589	(9.040)	(12.106)	43.483
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	47	(44)	(11)	36
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.644	(534)	(830)	6.814
Prejuízos fiscais	18.475	1.592	(6.925)	11.550
Base negativa de CSLL	6.884	606	(2.268)	4.616
Outras provisões	1.527	928	506	2.033
Total do ativo	<u>90.166</u>	<u>(6.492)</u>	<u>(21.634)</u>	<u>68.532</u>
Impostos diferidos passivos sobre:				
Não circulante:				
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(889)	14	41	(848)
Variação cambial	(150)	478	150	-
Total do passivo	<u>(1.039)</u>	<u>492</u>	<u>191</u>	<u>(848)</u>
Total líquido	<u>89.127</u>	<u>(6.000)</u>	<u>(21.443)</u>	<u>67.684</u>
Gastos Emissões de Ações (i)		-	(4.896)	
Total no resultado		<u>(6.000)</u>	<u>(26.339)</u>	

Consolidado

	31/12/10	Reconhecido no resultado 01/07/2011 à 30/09/11	Reconhecido no resultado período	Reconhecido em outros resultados abrangentes	30/09/11
Impostos diferidos ativos sobre:					
Não circulante:					
Ágio gerado por incorporação (vide nota explicativa nº 13)	55.589	(9.040)	(12.106)	-	43.483
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	47	165	198	-	245
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	9.173	360	237	170	9.580
Prejuízos fiscais	18.475	1.592	(6.925)	-	11.550
Base negativa de CSLL	6.884	606	(2.268)	-	4.616
Outras provisões	2.435	1.158	718	102	3.255
Total do ativo	<u>92.603</u>	<u>(5.159)</u>	<u>(20.146)</u>	<u>272</u>	<u>72.729</u>
Impostos diferidos passivos sobre:					
Não circulante:					
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(1.279)	108	105	(43)	(1.217)
Variação cambial	(150)	478	150	-	-
Total do passivo	<u>(1.429)</u>	<u>586</u>	<u>255</u>	<u>(43)</u>	<u>(1.217)</u>
Total líquido	<u>91.174</u>	<u>(4.573)</u>	<u>(19.891)</u>	<u>229</u>	<u>71.512</u>
Gastos Emissões de Ações (i)		-	(4.896)	-	
Total no resultado		<u>(4.573)</u>	<u>(24.787)</u>	-	

- (i) Refere-se aos efeitos de IRPJ e CSLL sobre os gastos nas emissões de ações no montante de R\$ 14.400 (R\$ 9.504 líquido dos efeitos tributários) ocorridos em 13 de abril de 2011 (vide nota explicativa nº 21.(a) contabilizados no patrimônio líquido, conforme disposto no CPC 08. Tendo em vista a dedutibilidade de tais

Notas Explicativas

gastos para efeito de apuração do lucro real, foi constituído IRPJ e CSLL diferidos naquela data, entretanto, a realização deste ocorreu no mesmo período.

c) Diferenças temporárias dedutíveis não reconhecidas, prejuízos e créditos fiscais não utilizados.

	Consolidado	
	30/09/11	31/12/10
Diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos e créditos fiscais não utilizados para os quais não foram reconhecidos impostos diferidos ativos são atribuíveis conforme segue:		
Prejuízos fiscais e bases negativas de controladas	10.034	8.884
Diferenças temporárias dedutíveis	<u>(247)</u>	<u>756</u>
	9.787	9.640
Alíquota vigente	34%	34%
Impostos diferidos ativos não reconhecidos no fim do período	<u>3.328</u>	<u>3.278</u>

Em conformidade com os requerimentos do CPC 32 e atendimento à Instrução CVM nº 371/02, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes basicamente de reserva de reavaliação, diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. O crédito tributário foi constituído tendo em vista que a Companhia apresentou resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos exercícios.

Em decorrência do processo de incorporação reversa efetuada em 30 de junho de 2007, foi transferido para a Companhia o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre o montante da provisão para baixa do ágio que estava registrado na ADTSPE. Como o saldo do ágio será amortizado na proporção do resultado operacional após a incorporação, espera-se que o saldo desse imposto de renda e contribuição social diferidos seja realizado no máximo nos próximos cinco anos.

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de CSLL conforme a legislação fiscal vigente. A Companhia elaborou estudos técnicos de viabilidade, que são objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos em setembro de 2011.

O prazo estimado de realização é conforme segue:

Ano	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2011	1.446	3.814
2012	24.704	25.313
2013	26.818	27.428
2014	<u>15.565</u>	<u>16.174</u>
Total	<u>68.533</u>	<u>72.729</u>

Notas Explicativas

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures detalhados na nota explicativa nº 16, deduzido por caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 21).

28.2. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição a risco da taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são praticadas em seus passivos e ativos captados (ou aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, como, por exemplo, o CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado.

Rubrica	Contas patrimoniais	Nota explicativa	Controladora	
			30/09/11	31/12/10
	Passivo			
Debêntures	circulante e não circulante	16	(131.524)	(150.276)
Aplicações financeiras	Ativo circulante	6	193.990	69.072
Total de exposição			62.466	(81.204)

Notas Explicativas

Rubrica	Contas patrimoniais	Nota explicativa	Consolidado	
			30/09/11	31/12/10
	Passivo			
Debêntures	circulante e não circulante	16	(131.524)	(150.276)
Aplicações financeiras	Ativo circulante	6	236.540	91.455
Total de exposição			105.016	(58.821)

- i) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços, conforme descrito na nota explicativa nº 6.
- ii) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) “over” expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), capitalizada de uma sobretaxa, escalonada, com inicial de 1,47% ao ano em 31 de março de 2010 e 2,09% ao ano em 25 de março de 2015, conforme descrito na nota explicativa nº 16.
- iii) Adicionalmente, para atender à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, em 30 de setembro de 2011 a Administração estimou, com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN de 30 de setembro de 2011, taxas futuras de juros, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	30/09/11	Cenário		
		Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Premissas		CDI - 11,00%	CDI - 13,75%	CDI - 16,50%
Debêntures	(131.524)	(148.824)	(152.511)	(156.198)
Aplicações financeiras	193.990	215.837	221.299	226.761
Exposição líquida	62.466	67.013	68.788	70.563

- (i) No cenário provável, a Companhia apresentaria um resultado positivo de R\$ 67.013 nos próximos 12 (doze) meses, resultante de estimativas futuras de CDI para os juros das debêntures acrescentados a média da sobretaxa de 1,94% ao ano. Para as aplicações financeiras foram consideradas as mesmas estimativas futuras de CDI e a taxa média de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 30 de setembro de 2011. Nos cenários possível e remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável, as estimativas gerariam uma variação líquida de R\$1.775 e R\$3.550, respectivamente, em comparação ao cenário provável.
- (ii) Premissa considerada pela Administração com deterioração de 25% na variável de risco.
- (iii) Premissa considerada pela Administração com deterioração de 50% na

Notas Explicativas

variável de risco.

b) Exposição ao risco cambial

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia possui prática para que sempre que exista exposição de ativos e passivos em moeda estrangeira, em virtude dos contratos com fornecedores internacionais ou manutenção de contas bancárias no exterior, a mesma contrate Termo de Moeda - NDF (Non-Deliverable Forward) ou fundo cambial.

Instrumento financeiro	Data da contratação	Ativo/ Passivo	Moeda	Valor	Data da liquidação	PTAX Contratação	PTAX Liquidação	Ganho (Perda)
Fundo cambial	04/01/11	Ativo	R\$	5.200	8/4/2011	N/a	N/a	(270)
NDF	12/01/11	Passivo	USD	2.986	1/4/2011	1,7095	1,6287	(241)
NDF	17/08/11	Ativo	USD	10.000	1/9/2011	1,5923	1,5872	(51)
NDF	05/09/11	Ativo	USD	10.000	12/9/2011	1,6550	1,6774	224

Em 30 de setembro de 2011 a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeiras registradas no balanço:

Rubrica	Contas patrimoniais	Nota explicativa	Moeda	Controladora		Consolidado	
				30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
	Ativo		Dólares norte-americanos				
Bancos	circulante	6 (a)		15.830	-	15.830	-
Mútuo com partes relacionadas	Ativo não circulante	12 (a,b,c)	Pesos argentinos	14.843	13.508	-	-
Mútuo com partes relacionadas	Ativo não circulante	12 (a,b,c)	Dólares norte-americanos	4.894	12.329	6.266	13.065
Mútuo com partes relacionadas	Passivo circulante	12 (a,b,c)	Pesos argentinos	-	-	-	-
Mútuo com partes relacionadas	Passivo circulante	12 (a,b,c)	Dólares norte-americanos	(14.484)	(13.371)	-	-
Fornecedores	Passivo circulante	15	Dólares norte-americanos	(1.544)	(2.375)	(6.580)	(2.588)
Total de exposição				<u>19.539</u>	<u>10.091</u>	<u>15.516</u>	<u>10.477</u>

- Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras.
- Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor de US\$8.000, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras.

Notas Explicativas

- Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar em moedas estrangeiras devidos aos fornecedores.

c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira, em sua maioria o dólar norte-americano.

Em 30 de setembro de 2011, foi estimado que um aumento ou uma redução de 10% nas flutuações e/ou nas taxas de juros teria aumentado ou reduzido às receitas ou despesas financeiras são de aproximadamente de R\$950. Esse montante foi calculado considerando o impacto de aumentos ou reduções hipotéticas nas taxas de juros sobre o saldo das aplicações financeiras e dos financiamentos em aberto.

Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro líquido detalhado na nota explicativa nº 25.

d) Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor.

e) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

29. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a cobertura está demonstrada como segue:

Notas Explicativas

		Importância segurada	
		30/09/11	31/12/10
	<u>Modalidade</u>		
Responsabilidade civil geral e estabelecimentos	Responsabilidade civil geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, responsabilidade civil - empregador, responsabilidade civil - garagista e danos morais	24.914	14.281
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers"	100.562	69.449
		<u>125.476</u>	<u>83.730</u>

30. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS**a) Contratos de patrocínio**

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, quais sejam, Credicard Hall, Citibank Hall São Paulo e Citibank Hall Rio de Janeiro, além do Teatro Opera Citi em Buenos Aires, Argentina, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das aludidas casas de espetáculos e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio de tecnologia de acesso, consistente em ferramenta que permite acesso aos espetáculos organizados e promovidos pela Companhia, mediante a utilização de cartão de crédito; (iii) contrato de patrocínio e outras avenças, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros; e (iv) contrato de patrocínio de espetáculo circense.

b) Aluguéis das casas de espetáculo

Os contratos de locação das casas de espetáculos foram celebrados com prazo superior a cinco anos, estando assegurado à Companhia o direito à renovação compulsória da locação, desde que atendidos os requisitos previstos em lei. Em caso de não cumprimento do prazo de locação definido, serão cobrados da locatária três meses de aluguel vigentes na data de rescisão contratual, além da obrigatoriedade de devolver o imóvel em perfeitas condições de uso.

Depois de analisar esses contratos, a Administração concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento operacional.

A composição dos valores a pagar dos aluguéis com base nos valores mensais vigentes é como segue:

Notas Explicativas

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>
	<u>e consolidado</u>
	<u>30/09/2011</u>
Até 1º ano	10.673
Do 2º ao 5º ano	31.654
Após 5º ano	<u>40.099</u>
Total	<u><u>82.426</u></u>

c) Cartas de garantia de crédito

Em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía vigentes contratos de constituição de garantias para créditos decorrentes de fiança, firmados com instituições financeiras, cujo objetivo é garantir o pagamento de cachês a artistas no exterior, que totalizam aproximadamente US\$20.000 e US\$28.000, respectivamente.

d) Cartas de fiança

Em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía vigentes cartas de fiança bancária cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$6.175 e R\$6.600, respectivamente.

31. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Companhia, em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007, aprovou o Plano de Opções de Compra de Ações, ratificado em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 13 de janeiro de 2011. De acordo com o Plano, o Conselho de Administração poderá outorgar opções de compra de ações em favor de administradores, colaboradores em posição de comando e prestadores de serviços da Companhia ou outras companhias sob o seu controle. A outorga de opções é realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os beneficiários. A totalidade das opções de compra de ações, outorgadas nos termos de tal Plano, não poderá ultrapassar 5% do total de ações do capital social vigentes à época das opções. A opção poderá ser parcial ou totalmente exercida durante o prazo fixado no respectivo Contrato de Opção, observando a vigência do plano.

As tranches anuais, cujo período de “vesting” não tiver ocorrido, serão imediatamente prescritas, caso o contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços ou mandato como administrador venha a cessar por qualquer motivo, perdendo o beneficiário qualquer direito em relação a elas.

Desde a data de aprovação do referido Plano foram celebrados contratos de opções e outorga para sete executivos contemplados, entretanto, em datas distintas.

Conforme determinam os contratos, os ganhos dessas opções seriam liquidados em caixa, devidamente avaliados ao seu valor justo na data de reporte das demonstrações financeiras. Entretanto, referidos contratos determinam também que caso a Companhia efetue processo de oferta pública de distribuição de ações, esta deixa de ter a obrigação de liquidar tais ganhos em caixa, tendo em vista que os executivos contemplados podem exercer suas opções “vested” mediante a emissão das ações a eles atribuídas.

Notas Explicativas

Dessa forma, tendo em vista a obtenção do registro de Companhia aberta e consequente processo de oferta pública de distribuição de ações ocorrida em 13 de abril de 2011, tais opções, anteriormente classificadas como passivo financeiro, foram convertidas em instrumento de patrimônio, tendo sido devidamente avaliado ao seu valor justo naquela data.

O valor justo dessas opções foi calculado com base no modelo “Black & Scholes” na data em que foram convertidos em um instrumento patrimonial, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga, ocorrida em 28 de setembro de 2007.

Os efeitos refletidos no resultado estão apresentados a seguir:

<u>Ano de outorga</u>	<u>Quantidade de opções outorgadas</u>	<u>Valores registrados no resultado até 31/12/10</u>	<u>Valores registrados no resultado do trimestre findo em 30/09/11</u>	<u>Valores registrados no resultado do período findo em 30/09/11</u>	<u>Valores a registrar em períodos futuros</u>
2007	1.238.454	1.886	406	982	1
2008	505.576	642	116	587	185
2010	<u>119.373</u>	<u>21</u>	<u>26</u>	<u>56</u>	<u>154</u>
Total	<u>1.863.403</u>	<u>2.549</u>	<u>548</u>	<u>1.625</u>	<u>340</u>

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações em 13 de abril de 2011, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

Notas Explicativas

Datas de outorga	Planos individuais para cada executivo contemplado				
	28/09/07	01/10/07	15/07/08	23/02/10	01/03/10
Número de executivos contemplados	2	1	2	1	1
Término do prazo de exercício das opções da última tranche	28/9/2014	1/10/2014	15/7/2015	23/2/2017	1/3/2017
Volatilidade do preço da ação	32,98%	32,98%	32,98%	32,98%	32,98%
Taxa de juros livre de risco	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%
Preço para exercício por opção em R\$	10,98	10,98	10,98	10,98	10,98
Indexador	Não indexado	Não indexado	1 plano não indexado e outro indexado pelo CDI	Indexado pelo CDI	Indexado pelo CDI
Preço para exercício, corrigido pelo CDI - R\$	10,98	10,98	10,98 e 16,93, respectivamente	16,93	16,93
Valor justo por opção – R\$:			(i)	0,04	
Série 1	5,02	5,02	5,02 e 0,00	0	0
Série 2	5,02	5,02	5,02 e 0,00	1,48	1,5
Série 3	5,02	5,02	5,28 e 0,66	2,22	2,23
Série 4	5,5	5,51	6,34 e 1,83	2,74	2,75

(i) 1 Plano não indexado e outro indexado pelo CDI, respectivamente.

Conforme aprovado em Ata de Reunião do Conselho da Administração e descrito na nota explicativa nº 21(a), em 12 de julho de 2011, foram emitidas 100.170 ações subscritas e integralizadas tendo em vista que alguns dos executivos contemplados no Plano de Opção de Compra de Ações exerceram naquela data suas opções já “vested”. A liquidação das ações ocorreu em agosto de 2011, no montante de R\$1.001.

32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho. O principal tomador de decisões operacionais responsável pela alocação de recursos e pela avaliação do desempenho dos segmentos operacionais foi identificado pelos principais executivos da Companhia.

a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. Conforme relatórios analisados para tomadas de decisões da Administração, a principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e

Notas Explicativas

exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tíquetes, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínio esportivos. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA”, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 30 de setembro de 2011 e de 2010. Os valores fornecidos são consistentes com os saldos registrados nas informações contábeis intermediárias, bem como com as práticas contábeis aplicadas:

b) Informações geográficas

A Companhia opera em três principais áreas geográficas: Brasil, Argentina e Chile.

	Consolidado 01/07/11 à 30/09/11			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	50.401	30.892	30.221	111.514
Custos	(55.519)	(16.141)	-	(71.660)
Lucro bruto	(5.118)	14.751	30.221	39.854
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(4.593)	(4.951)	-	(9.544)
	(9.711)	9.800	30.221	30.310
Despesas administrativas				(10.591)
Resultado financeiro				3.570
Lucro antes dos impostos				23.289

Notas Explicativas

	Consolidado 01/01/11 à 30/09/11			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	224.445	66.734	86.716	377.895
Custos	(219.089)	(43.674)	-	(262.763)
Lucro bruto	5.356	23.060	86.716	115.132
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(14.037)	(14.383)	-	(28.420)
	(8.681)	8.677	86.716	86.712
Despesas administrativas				(33.564)
Resultado financeiro				3.374
Lucro antes dos impostos				<u>56.522</u>

	Consolidado 01/07/10 à 30/09/10			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	57.519	20.144	16.444	94.107
Custos	(64.602)	(10.563)	-	(75.165)
Lucro bruto	(7.083)	9.581	16.444	18.942
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(5.168)	(4.295)	-	(9.463)
	(12.251)	5.286	16.444	9.479
Despesas administrativas				(8.612)
Resultado financeiro				(7.246)
Prejuízo antes dos impostos				<u>(6.379)</u>

Notas Explicativas

	Promoção de eventos	Consolidado 01/01/10 à 30/09/10	Patrocínio	Total
		Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo		
Receita líquida	257.823	54.468	77.899	390.190
Custos	(253.594)	(35.824)	-	(289.418)
Lucro bruto	4.229	18.644	77.899	100.772
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(12.073)	(12.600)	-	(24.673)
	(7.844)	6.044	77.899	76.099
Despesas administrativas				(28.986)
Resultado financeiro				(15.561)
Lucro antes dos impostos				31.552

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

<u>Abertura geográfica dos resultados</u>	Consolidado			
	01/07/11 à 30/09/11	01/07/10 à 30/09/10	01/01/11 à 30/09/11	01/01/10 à 30/09/10
Receita líquida:				
Brasil	90.818	51.455	281.232	273.091
Argentina	10.758	7.122	63.810	61.813
Chile	9.938	35.530	32.853	55.286
	111.514	94.107	377.895	390.190
Lucro bruto:				
Brasil	36.734	22.187	103.075	90.647
Argentina	1.105	(5.450)	5.836	3.249
Chile	2.015	2.205	6.221	6.876
	39.854	18.942	115.132	100.772
Lucro (prejuízo) operacional:				
Brasil	22.357	4.070	55.496	37.047
Argentina	(1.696)	(8.013)	(2.340)	(6.750)
Chile	2.628	(2.436)	3.366	1.255
	23.289	(6.379)	56.522	31.552

Notas Explicativas**33. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR PARA DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

As seguintes movimentações na posição financeira ocorreram durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e de 2010, mas não produziram mudanças no caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	30/09/10	30/09/11	30/09/10
Informação suplementar:				
Dividendos a receber de controladas	(2.024)	1.810	-	(1.810)
Dividendos retidos - vide nota explicativa nº 12.b)	-	-	(9.175)	(2.237)
Aquisição de imobilizado não liquidada	70	135	1.270	142
Patrocínios - Lei de Incentivo à Cultura	(10.772)	(1.397)	18.764	(2.337)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(2.277)	(2.289)
Efeito tributário no gasto da emissão de ações	4.896	-	4.896	-

34. LUCRO POR AÇÃOBásico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do período, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o mesmo período.

Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição.

O cálculo do lucro por ação está demonstrado a seguir e considerando o grupamento de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 13 de janeiro de 2011.

Notas Explicativas

	Controladora e consolidado			
	01/07/11 à 30/09/11	01/01/11 à 30/09/11	01/07/10 à 30/09/10	01/01/10 à 30/09/10
Lucro do período atribuível aos acionistas da Companhia	<u>17.299</u>	<u>26.470</u>	<u>(8.519)</u>	<u>14.169</u>
Quantidade de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>88</u>	<u>69.278</u>	<u>-</u>	<u>57.466</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	<u>2.604</u>	<u>65.932</u>	<u>-</u>	<u>57.466</u>
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,2497</u>	<u>0,3820</u>	<u>(0,1482)</u>	<u>0,2466</u>
Lucro diluído por ação - R\$	<u>0,2435</u>	<u>0,4015</u>	<u>(0,1482)</u>	<u>0,2466</u>

35. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 07 de novembro de 2011.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
T4F Entretenimento S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da T4F Entretenimento S.A. e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas ITR anteriormente referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas ITR anteriormente referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e a norma IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos**Demonstrações intermediárias do valor adicionado**

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado ("DVA"), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs), que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 7 de novembro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Reynaldo Awad Saad
Contador
CRC nº 1 SP 215056/O-1